



**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA**

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 5ª LEGISLATURA

**ATA CIRCUNSTANCIADA DA 82ª
(OCTOGÉSIMA SEGUNDA)
SESSÃO ORDINÁRIA,**

DE 30 DE SETEMBRO DE 2008.

Publicação conferida no DCl. n.º 5183 de 10/10/08.

Servidor: duvot Matrícula: 1173787



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 09 2008	15h25min	82ª Sessão Ordinária	1

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Estão presentes os Deputados Raimundo Ribeiro, Geraldo Naves, Bispo Renato, Reguffe, Cabo Patrício e Leonardo Prudente.

Esta Presidência saúda o pessoal da galeria, os quiosqueiros da Rodoviária, que estão aqui pedindo socorro a esta Casa devido à situação por que estão passando. Sejam bem-vindos à Casa do povo. Durante o debate, discutiremos a situação de vocês.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de saudar os quiosqueiros. Muito obrigado pela presença.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Convido o Deputado Geraldo Naves a secretariar os trabalhos da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no Suplemento do DCL nº 181, de 08/10/2008, juntamente com a ata sucinta da 82ª Sessão Ordinária.)

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Leitura das atas das sessões anteriores.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura das atas.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lidas e aprovadas sem observações as seguintes:

- Ata da 79ª Sessão Ordinária;
- Ata da 81ª Sessão Ordinária;
- Ata da 23ª Sessão Extraordinária;
- Ata da 25ª Sessão Extraordinária.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 09 2008	15h25min	82ª Sessão Ordinária	2

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Estão inscritos, pela ordem, conforme estabelecido pelo Setor de Apoio ao Plenário, os Deputados Reguffe, Cabo Patrício, Batista das Cooperativas, Rogério Ulysses, Milton Barbosa, Benício Tavares e Leonardo Prudente.

É sempre importante que façamos um rodízio entre os Líderes na ordem de suas inscrições, para que o mesmo Líder não fale sempre em primeiro ou em último lugar, e para que não haja prejuízo das intervenções. Peço ao Setor de Apoio ao Plenário que façamos o rodízio, que é mais democrático. De qualquer maneira, esta Presidência tem sido extremamente democrática no sentido de sempre autorizar que alguém fale por último, se assim desejar.

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Deputado Paulo Tadeu, Deputado Alírio Neto, Deputado Geraldo Naves, Deputado Cabo Patrício, pessoal que está na galeria acompanhando esta sessão da Câmara Legislativa, imprensa, telespectadores da TV Distrital, o que me traz a esta tribuna hoje é um tema que não é da alçada de um Deputado Distrital ou do Poder Legislativo local. É um tema sobre o qual quem pode legislar não é a Câmara Legislativa do Distrito Federal, mas o Congresso Nacional. Mas antes de ser Deputado, sou cidadão, e como tal acredito em algumas teses, as quais, aliás, me levaram à política. O que me levou à política foram algumas idéias, a convicção de um ideal, e é em busca dele que faço política.

O que me traz a esta tribuna hoje, Sr. Presidente, é meu desejo de defender a extinção do voto obrigatório. O voto, em minha opinião, deveria ser facultativo. O voto obrigatório é uma das maiores excrescências do nosso sistema político e a causa de muitos dos problemas que estão aí, porque temos uma representação política completamente distorcida.

Domingo teremos eleições no Brasil inteiro, exceto no Distrito Federal. Muitas pessoas exercem seu direito de votar sem fazer a reflexão devida que esse gesto exige e merece. E aí, votam em quem? Votam em qualquer um. Quem é qualquer um? Quase sempre, é o mais conhecido, às vezes, o único que elas conhecem. Quem é o mais conhecido? É aquele que faz mais propaganda. Quem é o que faz mais propaganda? É quase sempre aquele que teve mais recursos na campanha, ou porque é o mais rico ou porque é o financiado por grandes empresários.

Está na hora de acabar com o voto obrigatório, de votar quem tem vontade de exercer esse gesto. Isso exigiria dos políticos um compromisso maior com as



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 09 2008	15h25min	82ª Sessão Ordinária	3

peças, porque elas, para sair de casa e votar, terão de acreditar naquilo, ou não vão gastar seu tempo, menos ainda o dinheiro da gasolina ou da passagem de ônibus.

Está na hora de nós, que temos alguma responsabilidade, como Parlamentares, como cidadãos, mudarmos este País. Mandarei um *e-mail* para todos os deputados estaduais do País, e também para os distritais, para criar uma Frente Parlamentar Nacional dos Deputados Estaduais em defesa do voto facultativo.

O voto obrigatório distorce a vontade do eleitor. Força muitos a votar porque alguém indicou determinada pessoa. Existe algo mais absurdo do que alguém escolher quem vai governá-lo porque outra pessoa assim pediu? Outra pessoa vota porque foi contratada, porque trabalhou em uma campanha. Essa pessoa não se sente comprada: sente que estava trabalhando, e não existe nada mais nobre que trabalhar. Isso se tornou praticamente uma compra de voto indireta.

O voto facultativo é mais democrático. Quem vota é quem tem vontade de exercer esse gesto. Isso obriga a classe política a fazer um trabalho de base, de convencimento de idéias. Muitos perguntam se seria legítima uma eleição com o voto de somente dez por cento das pessoas. Eu pergunto qual seria a mais legítima: aquela com dez por cento de votos de pessoas que sabem o que estão fazendo, com vontade de votar, ou aquela em que votam cem por cento da população, e boa parte das pessoas não dá o valor de que esse gesto precisa? Isso compromete o futuro dessas pessoas e o futuro dos filhos delas.

O voto facultativo seria uma grande mudança no sistema institucional do País. O Congresso Nacional não o aprova porque eles querem a perpetuação do poder. Querem que sejam eleitos apenas os mesmos parlamentares. Foram eleitos com esse sistema e querem mantê-lo. É mais fácil comprar uma eleição.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO REGUFFE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Sem revisão do orador.) – Deputado Reguffe, sou total e radicalmente contra o que V.Exa. está dizendo. Falo assim porque é assim que V.Exa. sempre diz. Eu gostaria de fazer algumas perguntas que poderão fazer parte do seu discurso ou, talvez, melhorá-lo.

A questão do Brasil é cultural. Se o voto não for obrigatório, será que o cidadão que mora no interior, ou nas cidades de Brasília, não votaria por dez reais, por qualquer dinheiro? Será que a nossa questão não seria cultural?

O nosso sistema eleitoral de hoje possibilita o voto em branco. Está lá a opção.

Agrego esses comentários ao seu discurso, que acho louvável. Parabenizo V.Exa. pela sua fala. Eu gostaria de esclarecer que eu disse ser "total e radicalmente



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 09 2008	15h25min	82ª Sessão Ordinária	4

contra", porque essa é a frase que V.Exa., Deputado Reguffe, usa em qualquer interrupção.

Eu o parabenizo.

DEPUTADO REGUFFE – Deputado Geraldo Naves, o bom da democracia é isto: as pessoas apresentam suas idéias, e existe o contraditório a elas. Eu tenho a minha opinião, V.Exa. tem a sua, e eu a respeito.

Quero apenas dizer, sobre a premissa de a pessoa votar por dez reais, que essa pessoa já vota assim hoje. Ela pode ser comprada na eleição de hoje, porque ela já vota. Se ela venderá o voto por dez reais com o voto facultativo, ela já faz isso hoje. A situação não mudará, mas a classe política será obrigada a fazer um trabalho de base. E mais: haverá uma valorização no gesto de votar do cidadão. Toda reforma que permita o voto ser mais valorizado é positiva. V.Exa. diz que alguém receberá dez reais e irá votar. Pode acontecer o oposto. A pessoa pode pensar que seu voto vale mais, porque agora é um direito. Se eu quiser sair de casa, em vez de vender por dez reais, vou vender por vinte. Se ele vender por vinte, valorizou o gesto de votar.

DEPUTADO PAULO TADEU – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO REGUFFE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Deputado, só para lembrar que o Deputado Federal Geraldo Magela, do Partido dos Trabalhadores, apresentou essa proposta na Câmara Federal e, inclusive, está fazendo uma campanha, tanto no âmbito local quanto no nacional, com relação a esse tema.

Esse é um tema interessante, e particularmente acho que necessitamos realmente aprofundá-lo, bem como devemos trabalhar em uma reforma política e eleitoral muito mais ampla do que apenas a questão do voto facultativo. Hoje, o sistema eleitoral é baseado em financiamento privado de campanha, em que um banqueiro, um latifundiário, um grande empresário banca um determinado candidato, criando uma distorção já na origem da eleição. A distorção, Deputado Geraldo Naves, já está na origem. O candidato muito rico vem com milhares e milhares de reais contra uma candidatura oriunda das camadas populares, dos quiosqueiros e de outros segmentos que não têm o mesmo poder de disputa que tem um banqueiro, que leva a eleição em detrimento dos trabalhadores ou representantes de classes.

Então, sou defensor de uma reforma político-eleitoral ampla neste País, que garanta o financiamento público, que estabeleça regras claras de funcionamento e que pare com essa história de eleger candidatos que prometem mundos e fundos e, além de não cumprirem com suas promessas, ainda fazem diferente, como aconteceu em Brasília e está acontecendo, inclusive, com os quiosqueiros.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 09 2008	15h25min	82ª Sessão Ordinária	5

Temos de fazer uma reforma muito mais ampla neste País. Esse é um tema interessante a ser debatido. Parabenizo V.Exa.

DEPUTADO REGUFFE – Agradeço o aparte de V.Exa.

Espero que V.Exa., que será candidato a deputado federal, coloque essas bandeiras na sua campanha, entre outras. Temos de transformar o voto, neste País, em facultativo. Isso seria uma grande revolução para o Brasil.

Concordo de A a Z com V.Exa. no que diz respeito ao financiamento de campanha. O financiamento de campanha é a origem de toda a corrupção da nossa administração pública. Se tivéssemos o financiamento de campanha exclusivamente público, vedando, proibindo qualquer doação privada e até mesmo a pessoa colocar o próprio dinheiro em uma campanha, dando igualdade de condições entre candidatos, teríamos uma representação pública mais perto do que a população deseja. Teríamos a independência da representação pública. Isso seria uma das grandes conquistas que o nosso Parlamento neste País poderia ter.

Agradeço os apartes e deixo registrado que encaminharei *e-mails* para todos os Deputados, pedindo àqueles que concordam na sua consciência, que façam parte da frente em defesa da Implantação do voto facultativo no Brasil, por considerar que essa seria uma medida que poderia transformar a vida pública deste País.

Aqueles que não consideram assim, pelo menos, têm de concordar comigo que é mais democrático um sistema em que o voto não é obrigatório, em que o direito do cidadão não é obrigatório, e aquele que não quiser ir às urnas tem esse direito.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra ao Deputado Cabo Patrício. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Batista das Cooperativas. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (Bloco Parlamentar Independente. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero utilizar a tribuna para tratar de duas situações citadas recentemente.

Primeiro, saúdo nossos companheiros quiosqueiros da Rodoviária, que estão presentes em busca de uma solução para um problema que não foram eles que criaram e que precisa realmente ser solucionado.

A segunda questão é que ontem, por ocasião de uma visita que fizemos à SQS 416, tivemos a oportunidade, Sr. Presidente, de verificar o quanto faz bem à população a instalação de um posto policial. Um posto policial foi colocado na SQS 416 e gerou, inclusive, uma atividade de ginástica para os moradores daquela região. A população, muito satisfeita com isso, de repente foi surpreendida com a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 09 2008	15h25min	82ª Sessão Ordinária	6

Informação de que o IPHAN acha que a torre que ornamenta e faz parte deste posto policial é muito alta e que, por isso, seria proposta a retirada do posto policial da SQS 416.

Então, a nossa manifestação aqui é no sentido de apelar ao IPHAN para que vá até a 416 Sul, procure a prefeitura da quadra e informe à D. Regina que o IPHAN não quer fazer esse absurdo. O IPHAN é um órgão que, ao contrário de outros, não quer atrapalhar a população, seu verdadeiro patrão. Queríamos pedir ao IPHAN que esclareça definitivamente que a sua intenção não é propor a retirada do posto policial, que tão bem faz à população daquela quadra.

Mas este posto também poderia funcionar melhor. Descobrimos lá que, hoje, a Polícia Militar conta apenas com 40% do efetivo que seria necessário. Graças a Deus, ao abrir aos jornais de hoje, descobrimos que o Governo do Distrito Federal pretende contratar mais 1.500 policiais militares a partir de 2009. Então, possivelmente, essa questão será solucionada.

É necessário que logo se tome uma atitude para que o posto seja não apenas aceito, mas querido pela população da comunidade da SQS 416.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Realmente houve o noticiário. Estive no Riacho Fundo II e o Governador, respondendo a indagação de um morador, disse que não iria faltar efetivo para os postos policiais que estão sendo instalados. S. Exa. deu como providência imediata este aumento de efetivo.

Ali não era o momento, e aproveito agora, pois o instrumento que tenho aqui é a tribuna, para dizer que é preciso investir nos efetivos. Todos os órgãos que integram a Secretaria de Segurança estão defasados há muito tempo. Essa situação não é de agora, é de muito tempo!

Entrei na Polícia Civil em 1972 numa crise de efetivo. Lembro-me, como hoje, de vinte vagas. É preciso que os gestores da Segurança Pública — e não ouse dizer que entendo alguma coisa disso — façam o que o STJ fez e está fazendo, ou seja, um concurso para um banco de reserva, para que se vá ao banco, já com elemento formado, e se reponha o efetivo quando for preciso e houver uma situação de dificuldade na Segurança Pública.

Esses 1.500 policiais, ao que me parece, serão para completar parte da defasagem que existe, quando sabemos que se gastam dois anos entre um encaminhamento de solicitação de vagas à União — não é aqui — e a formação. Era preciso fazer um cronograma, porque a falta de efetivo vai continuar, se adotarmos essa forma de correr sempre atrás do prejuízo.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 09 2008	15h25min	82ª Sessão Ordinária	7

Muito obrigado.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Agradeço ao Deputado Milton Barbosa, que sempre empresta brilho à nossa fala.

Eu gostaria de reafirmar a necessidade de que um órgão público como o IPHAN não permita que a população da 416 Sul e adjacências – 415, 215 e 216 – fiquem com uma impressão errada, porque não ousa supor que o IPHAN sequer tenha admitido a hipótese de retirar o Posto Policial que tanto bem está trazendo àquela população.

Mas, ao mesmo tempo, gostaríamos de lembrar aqui que, por ocasião do Governo nas Cidades, o Governador José Roberto Arruda assinou uma ordem de serviço autorizando que a Administração de Brasília e dos demais órgãos competentes construíssem uma quadra de esporte naquele local. Aliás, o Posto Policial foi colocado exatamente onde existia um campo de futebol, onde a meninada podia congrega. Infelizmente, – tivemos a notícia ontem – até o presente momento, a Administração de Brasília não teve a oportunidade de iniciar a construção dessa quadra de esporte, que é extremamente necessária para a população da 416 Sul.

Portanto, aqui fica um apelo para que a Administração de Brasília – que mudou, inclusive, o comando neste momento, pois me parece que deixa o posto o Administrador Ricardo Pires e assume o cargo a Sra. Ivelise Longhi – possa priorizar o atendimento desta comunidade da SQS 416 Sul.

Aproveito para parabenizar o Governo do Distrito Federal pela coragem de dar mais um passo nesse processo, muitas vezes doloroso, de regularização dos condomínios, dos parcelamentos ditos irregulares. O Governador edita, neste momento, um ato privativo, um decreto para admitir a licença para conclusão de obras que foram iniciadas antes de 31 de dezembro de 2006, e estavam sendo deterioradas, porque ocorreu a paralisação que era necessária. Realmente, o Governo do Distrito Federal deu uma freada na arrumação, mas passada essa freada, agora é necessário que se retomem essas obras.

O Governador José Roberto Arruda teve a coragem de editar este decreto para permitir que algumas obras que estavam paralisadas pudessem ser retomadas. Isso traz um reflexo imediato, muito importante para a população. Primeiro reaquece a economia do setor; segundo, reaquece também a geração de emprego, porque permite que algumas pessoas que estavam desempregadas em razão da paralisação das obras possam voltar a trabalhar.

Parabenizo o Governo do Distrito Federal por essa iniciativa. Parabenizo, em especial, nosso companheiro Paulo Serejo, que está na Gerência de Condomínios do Governo do Distrito Federal. Desejo que a população possa, realmente, mostrar que esta medida, este decreto propiciará ao Governo do Distrito Federal um maior controle do que acontece dentro dos condomínios.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 09 2008	15h25min	82ª Sessão Ordinária	8

(Assume a Presidência o Deputado Wilson Lima.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Paulo Tadeu, pela Liderança do PT.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, aproveito neste momento este espaço da Liderança do PT, para fazer uma referência a essa galeria. Ao olhar para o rosto de cada um que aqui está, percebemos uma tristeza enorme nesses trabalhadores. Eles estão aqui porque, na semana passada, na calada da noite, durante a madrugada, o Governo do Distrito Federal fez uma operação que eu entendo desrespeitosa, desnecessária, desumana com essas pessoas. O Governo do Distrito Federal retirou, sem nenhum aviso, sem nenhuma discussão, de maneira truculenta, os quiosqueiros da Rodoviária, que estão lá há vinte anos, Sr. Presidente.

Todos nós sabemos que esta Casa realizou uma audiência pública convocada por diversos Parlamentares, na qual construímos o acordo, entre a Câmara Legislativa, o IPHAN, o Poder Executivo e a sociedade, de que ninguém seria retirado de lá ou deixaria de trabalhar enquanto o projeto que tramita nesta Casa não fosse aprovado. E o Governo descumpriu esse acordo. Pior, virou prática comum este Governo criminalizar os movimentos sociais. O Governador disse para a sociedade que retiraria esses quiosqueiros da Rodoviária porque ali há prostituição infantil e tráfico de drogas. Isso é um absurdo, um desrespeito! Se lá existem traficante e aproveitador de criança, aliciador de menores, que os prendam, mas não culpem de forma generalizada todos os trabalhadores, pois ali há pais de famílias e pessoas que trabalham de maneira digna para o sustento de suas famílias.

É desumano o que o Governo do Distrito Federal fez com essas pessoas, inclusive, às vésperas de final de ano, quando sabemos que ocorre um aquecimento da economia. Na realidade, o Governo tirou vocês de lá para favorecer os grandes empresários, que há anos vêm tentando tirá-los do local. Desnecessária e desrespeitosa com esta Casa a atitude do Governador e do Governo do Distrito Federal, Deputado Dr. Charles. V.Exa. juntamente comigo, com o Deputado Rogério Ulysses e com os Parlamentares desta Casa fizemos uma audiência pública, em que o IPHAN esteve presente.

E mais: o Governador Arruda pediu, no início do ano passado, que eles fizessem modificações em seus quiosques, padronizando um determinado modelo. Foi o Governador que pediu isso. Então, por que, de maneira tão truculenta, inesperada e desrespeitosa, o mesmo Governador, que pediu para vocês padronizarem os quiosques, vai lá, derruba, quebra tudo, prende as mercadorias e procura criminalizá-los? Não dá para aceitar esse tipo de postura de governo nenhum, seja ele de que partido for. São pessoas, trabalhadores e trabalhadoras, que merecem ser respeitados.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 09 2008	15h25min	82ª Sessão Ordinária	9

Por isso, venho a esta tribuna me pronunciar em nome da Liderança do Partido dos Trabalhadores. Acho que esta Casa tem, no mínimo, uma obrigação, pois há um projeto em tramitação, de autoria do Poder Executivo, assinado pelo Governador, ao qual Parlamentares de diversos partidos apresentaram emendas, várias já consensuadas.

Então, peço aos Líderes desta Câmara Legislativa que votemos hoje esse projeto, para darmos um basta à perseguição que o Governador e o Governo do Distrito Federal estão fazendo a essa categoria. Não vim à tribuna fazer "marola", não! Vim falar a verdade. O Governador desrespeitou esses trabalhadores.

Espero que o Governador também não desrespeite um acordo que assinou com outros trabalhadores, os da Educação. Os professores do Distrito Federal estão fazendo dois dias de paralisação, em todo o DF, porque o Governo também aprovou nesta Casa um plano de carreira, de cargos e salários dos professores, e agora diz que não vai cumpri-lo.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO PAULO TADEU – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Paulo Tadeu, a bancada do Partido dos Trabalhadores – eu, a Deputada Erika Kokay e o Deputado Chico Leite – nos somamos a V.Exa. em seu discurso, muito bom, por sinal. Esse não é o primeiro acordo que o Governo rompe. A questão desses quiosqueiros, do pessoal dos *trailers* foi um acordo difícil firmado com os Parlamentares desta Casa. Da mesma forma, fizemos um acordo com os permissionários das *vans*, e esse acordo não foi cumprido. V.Exa. sabe muito bem de todo o trabalho e do trauma criado naquele segmento profissional.

O que parece, Deputado Paulo Tadeu, é que a mídia noticia a questão do assédio moral das crianças, do abuso sexual, do tráfico no centro de Brasília, para culpar a classe trabalhadora e os quiosqueiros que possuem *trailers* naquele local. Tudo isso para retirá-los e, assim, ter um argumento que condene a classe trabalhadora.

Na verdade, o que existe no centro de Brasília é a ausência do Estado. Temos que ter a assistência social, identificar as crianças que ali estão e não tiveram oportunidades, seja nos governos passados, seja neste Governo. O Governo tem que assumir suas responsabilidades, porque a ausência do Estado é que causa esses fatos, e não a atuação de trabalhadores responsáveis, que têm família para sustentar.

Estou colocando isso porque V.Exa. disse que o Governo não cumpriu o acordo nesta Casa, como daquela vez. A Câmara Legislativa entrou em recesso e, um dia depois, foi publicada uma portaria do Secretário de Transportes, Sr. Fraga. É bom recordarmos isso, porque temos cerca de sete categorias em estado de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 09 2008	15h25min	82ª Sessão Ordinária	10

paralisação agora. Os professores, como V.Exa. disse, têm assembléia amanhã, em função de o Governo não ter cumprido o acordo. E ele ainda coloca a mídia contra esses profissionais. Os policiais militares, os bombeiros, farão assembléia na quinta-feira também, pelo fato de o Governo não ter cumprido o acordo.

É importante votarmos esse projeto e resolvermos essa situação; caso contrário, ficará parecendo, como foi dito anteriormente por alguns Parlamentares, que esta Casa é responsável pela situação dos quiosqueiros, assim como foi julgada responsável pela questão dos donos de vans e permisssionários de vans do STPA e STPAC. É importante sabermos que a responsabilidade é do Executivo, é do Governo. Esta Casa não se omite e tenta encontrar uma saída, os 24 Parlamentares.

Muito obrigado.

DEPUTADO PAULO TADEU – Agradeço ao Deputado Cabo Patrício o aparte.

Eu gostaria de prestar minha solidariedade aos quiosqueiros, juntamente com os demais Parlamentares do Partido dos Trabalhadores: nosso Líder, Deputado Cabo Patrício; a Deputada Erika Kokay, e o Deputado Chico Leite. Espero que os demais Parlamentares desta Casa também prestem solidariedade a vocês.

É impressionante, Deputado Wilson Lima e Deputado Dr. Charles – V.Exas. fazem parte da defesa dos trabalhadores –, o Governo ter insinuado que lá existiam traficantes de drogas e aliciadores de menores. Lá não há nenhum preso. O Governo não apontou nenhum, generalizou. É como se aqui, Deputado Berinaldo Pontes, todos os Parlamentares fossem responsáveis pelo deslize de um. Não podemos aceitar generalizações.

Eu gostaria de concluir minha Intervenção dizendo que esta Casa pode, sim, tomar uma atitude. Ouviram, Vicente e Luís? Vocês têm sido batalhadores na luta pelos quiosqueiros do Distrito Federal.

Peço ao Deputado Wilson Lima, Presidente desta sessão, que coloque na pauta de hoje o projeto do Governador Arruda que trata dos quiosques do Distrito Federal, para que o apreciemos juntamente com os demais itens. Essa é a maneira como a Câmara Legislativa pode responder a esse ataque desumano que o Governo desferiu contra vocês na última semana.

Essa é a minha intervenção. Agradeço a todos que estão presentes e presto minha solidariedade às famílias que se encontram na galeria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Atendendo ao pedido do Deputado Paulo Tadeu, consulto o Líder do Governo se há possibilidade de votarmos o projeto e se as emendas já estão prontas.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 09 2008	15h25min	82ª Sessão Ordinária	11

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, presto minha solidariedade a todos os amigos quiosqueiros e similares da Rodoviária. Já solicitei uma audiência com o Governador e com a Liderança para tratar desse assunto.

Registro que o projeto dos quiosques trata de todo mobiliário urbano, de todos os *trailers* do Distrito Federal. Ao todo, são quinze mil mobiliários urbanos. Trata-se de um projeto extremamente complexo, que está sendo negociado. Ainda não há consenso em relação ao tamanho dos quiosques. Temos esse consenso apenas no Plano Piloto. Temos, Deputado Paulo Tadeu, quinze mil unidades, e aguardaremos até o final da semana a chegada a esta Casa do estudo técnico, para definirmos um tamanho que atenda aos quiosques, à categoria como um todo.

Deputado Paulo Tadeu, se hoje apreclarmos o projeto do jeito que está, será muito ruim para a categoria. É importante que os senhores saibam que, se votarmos o projeto hoje, haverá prejuízos, porque mais de cinquenta por cento da categoria não têm condições de atender ao que está nele, Deputado Geraldo Naves. É importante ajustarmos o projeto, para que não haja prejuízo. Lutaremos pelos que perderam a oportunidade, a fim de enquadrá-los de alguma forma no sistema.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputado Leonardo Prudente, como estou no exercício da Presidência neste momento, peço que V.Exa. tranquilize os quiosqueiros quanto a qualquer movimento que possa haver de retirada desses trabalhadores dos seus locais de trabalho. Eles estão preocupados com isso.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Deputado Wilson Lima, não temos o poder da caneta, não podemos falar pelo Governo. Podemos, sim, falar pela Câmara Legislativa.

Quando começamos a discutir o projeto que trata dos quiosques, foi feito, sim, um acordo com a Agência de Fiscalização, para que se mantivessem todos os quiosques sem alteração até a votação final do projeto. O que aconteceu, Deputado Paulo Tadeu – tenho certeza de que as pessoas presentes não têm nada a ver com isto –, foi que envolveram atividades de quiosques com atividades ilegais, como prostituição, venda de bebidas, de drogas, tudo isso com crianças. Sabemos que as pessoas que estão aqui são honradas e honestas.

Infelizmente, para dar uma resposta à sociedade, foi preciso tomar medidas mais duras, mas trabalharemos para recuperar tudo isso. Portanto, não há nada planejado até o término da votação do projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Acredito que as palavras do Deputado Leonardo Prudente deixam os senhores mais tranquilos.

(Assume a Presidência o Deputado Paulo Tadeu.)

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 09 2008	15h25min	82ª Sessão Ordinária	12

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a V.Exa. a apreciação de três projetos: dois que já estão na pauta e um extrapauta. São eles: o Item nº 16, que trata da redução das taxas – creio que as assessorias só estão finalizando as emendas, pois já está tudo acertado; o Item nº 29, que é o crédito para pagamento do salário dos professores; e o Projeto de Lei nº 991, já apreciado pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, que trata do reajuste da Contribuição de Iluminação Pública. Faço um apelo para apreciarmos a CIP em primeiro e segundo turnos, visto que o último dia para publicação é amanhã, em função dos prazos legais.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Deputado Leonardo Prudente, se nenhum Líder se posicionar contrariamente, esta Presidência acatará a solicitação de V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicitei o uso da palavra apenas para externar a posição da bancada do Partido dos Trabalhadores. V.Exa. participou da reunião da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças de hoje e, quanto à questão do crédito e ao projeto da CIP – Contribuição de Iluminação Pública, não vemos problema algum. V.Exa., inclusive, votou favoravelmente à matéria e as emendas do PT foram acatadas. Agora falta somente o projeto das taxas, que poderá ir à votação se houver acordo.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Não havendo objeção das Lideranças, esta Presidência acata a solicitação do Deputado Leonardo Prudente para apreciação dos três projetos em questão nesta tarde.

Deputado Leonardo Prudente, tendo em vista a importância do assunto, esta Presidência solicita que uma comissão de quiosqueiros, composta por pelo menos quatro representantes da categoria, se dirija à sala do cafezinho para conversar com os Líderes e demais Parlamentares que assim desejarem, a fim de darmos à matéria o encaminhamento que V.Exa. sugeriu, ou seja, uma conversa com o Governador e, a partir daí, o estabelecimento de emendas ao projeto, até porque V.Exa. acaba de reconhecer que, da maneira como está, não há como apreciar o projeto. Precisamos aperfeiçoá-lo, no sentido de garantir o atendimento das reivindicações de todos os trabalhadores. A comissão, na sala do cafezinho, no decorrer da sessão, dará informações para todos que se encontram na galeria.

Concedo a palavra ao Deputado Wilson Lima, para falar como Líder do Bloco Democrático Social Brasileiro.

DEPUTADO WILSON LIMA (Bloco Democrático Social Brasileiro. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quiosqueiros



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 09 2008	15h25min	82ª Sessão Ordinária	13

presentes que nos engrandecem com sua presença nesta Casa, o Poder Legislativo. Sejam todos bem vindos, aqui é a Casa do Povo.

Eu gostaria de fazer junto com o Líder do Governo, Deputado Leonardo Prudente, um apelo a V.Exa. Eu quero fazer parte desse grupo de negociação que irá falar com o Governador Arruda, para acharmos juntos uma saída, quem sabe honrosa, para ajudar a encontrar um local adequado para os quiosqueiros trabalharem, para que eles possam matar a fome de seus familiares, pois sei que a maioria deles são famílias que trabalham na Rodoviária.

DEPUTADO BRUNELLI – Permite-me um aparte?

DEPUTADO WILSON LIMA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO BRUNELLI (DEM. Sem revisão do orador.) – Deputado Wilson Lima, na tarde de ontem, algumas pessoas, amigas nossas que trabalham na Rodoviária, passaram em nosso gabinete. Eu as encontrei quando estavam no gabinete do Deputado Leonardo Prudente fazendo esse legítimo pleito, que achamos muito justo num País com tantas desigualdades, com tantas injustiças. Elas são de um setor informal, mas é a única forma de ganharem a vida.

É claro que nós as entendemos, é claro que os quiosqueiros gostariam de ter outras atividades para criarem seus filhos, acabando, assim, com uma série de problemas sociais. Nós achamos injusto dar-se uma desculpa dizendo que elas estão envolvidas com a criminalidade. Isso é um absurdo.

Portanto, desde já, queremos nos somar a V.Exa., Deputado Leonardo Prudente, pois em 2004 nós enfrentamos o mesmo problema na Rodoviária e nossa assessoria entrou com uma liminar. Não sei se a liminar caiu ou se foi julgado o mérito dela, mas mantivemos todos os quiosqueiros, por intermédio de liminar, trabalhando na Rodoviária. Queremos também deixar nosso gabinete à disposição de todos.

Estamos verificando a questão política. Eu acho que o Sr. Governador será sensível em resolver essa questão. Caso contrário, nós usaremos o meio jurídico, pois foi muito atrapalhada a forma como foi feito, foi uma forma que não espelha a realidade da envergadura do atual Governador, que chegou ao poder de forma legítima e democrática. Portanto, estamos sensíveis a essa questão. Vamos buscar a questão política. Mas se não for possível, usaremos a esfera jurídica deste País para resolvermos essa questão. Nós estamos, doa a quem doer, ao lado de vocês.

DEPUTADO WILSON LIMA – Sr. Presidente, V.Exa. no primeiro mandato, pois entramos juntos na Câmara Legislativa, também votou dois ou três projetos, e eu, o Deputado Wasny de Roure, o Deputado José Edmar votamos pela manutenção dos quiosqueiros na Rodoviária. O Ministério Público gostaria de retirá-los de lá há mais tempo. Nós sustentamos nossa posição e eles continuaram lá. Mas chega-se a um certo ponto, às vezes, em que o Governo fica vulnerável.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 09 2008	15h25min	82ª Sessão Ordinária	14

Somos da base do Governo, sabemos que o Sr. Governador está realizando muitas coisas boas para Brasília. Eu acho muito viável a proposta do Deputado Leonardo Prudente de conversarmos com o Sr. Governador para acharmos uma saída honrosa, para que os quiosqueiros possam ganhar a vida honestamente.

Se hoje o Governador é pressionado pela sociedade, pelo Ministério Público e por outros órgãos que zelam pelo tombamento de Brasília, não é deixando as pessoas desempregadas que vamos resolver o problema social, não! Esse é outro problema social.

Então, eu quero fazer parte da comissão que irá ao Governador discutir alternativas, para que a gente possa construir e não destruir o trabalho de vocês junto à prestação de serviços ao povo de Brasília, e principalmente o sustento dos seus filhos e de suas famílias. Podem contar comigo!

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra ao Deputado Dr. Charles.

DEPUTADO DR. CHARLES (Bloco Social Trabalhista. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imprensa, pessoal da galeria, que são pessoas sofridas.

Eu participei de algumas audiências públicas assinadas por mim, bem como pelos Deputados Paulo Tadeu e Rogério Ulysses, e houve um acordo de Governo: realmente não iriam mexer com os trabalhadores dos quiosques, não iriam tirar ninguém dos lugares enquanto nós não chegássemos a um acordo definitivo.

Então, temos de rever essa questão. Não é possível que a gente faça acordos e as coisas não se cumpram. Nós precisamos que esses trabalhadores, como todos os outros, sejam respeitados porque assumiram o compromisso, estamos chegando ao fim de ano e eles precisam trabalhar.

Por isso, somos solidários e a Câmara Legislativa do Distrito Federal não pode deixar passar essa questão. Estamos juntos com todos vocês nessa luta, e convido todos os meus colegas Parlamentares para que nós estejamos a postos para defender os quiosqueiros. Somos solidários com todos vocês.

Por outro lado, há os trabalhadores que estão sempre por baixo e com problemas, eu tenho de dar um voto de confiança ao Governo. Havia um contrato do pessoal oriundo da Zerbini – que era do programa Família Saudável, que iria sair agora no dia 24, o pessoal da prisional. No dia 29, iria sair o restante dos trabalhadores. Fomos falar com o Ministro da Saúde e S.Exa. conseguiu que pagassem por mais três meses após o contrato. O Governador Arruda autorizou também que os trabalhadores do Distrito Federal ficassem e não perdessem o emprego, até que nós achássemos uma solução por meio de OSCIP ou do que for, para que eles continuem trabalhando.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 09 2008	15h25min	82ª Sessão Ordinária	15

Nesse caso, quero saudar o Governador; no outro, quero pedir que seja pensado e que os quiosqueiros continuem onde estão; se não for lá, se não puder, que nós achemos uma área onde vocês possam trabalhar com dignidade. A nossa fala é realmente de solidariedade a todos vocês.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Esta Presidência agradece as observações do nobre Deputado.

Concedo a palavra ao Deputado Benício Tavares. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Leonardo Prudente. (Pausa.)

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado Berinaldo Pontes.

DEPUTADO BERINALDO PONTES (PP. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores aqui presentes, no Brasil – no Distrito Federal não é diferente – já temos uma crise eminente de emprego. Uma crise eminente de oportunidade de trabalho, de oportunidade que as pessoas tenham para se qualificarem, para estudarem, para estarem inseridas no mercado de trabalho.

Eu, como filho de comerciante e como lutador como vocês, confesso que a gente fica triste quando vê trabalhadores, pais de famílias, filhos e filhas, não pedindo favor, mas pedindo oportunidade, pedindo oportunidade para dar de comer aos seus filhos e a sua família, para dar educação de qualidade para seus filhos, para serem felizes.

Eu penso, e quero estar nesta luta com os demais Parlamentares, que os trabalhadores devem, em primeiro lugar, ter suas mercadorias devolvidas, uma vez que elas foram recolhidas. O Deputado Paulo Tadeu comentou que muitos já estavam inclusive se preparando para o Natal, para as festas de fim de ano, quando há maior oportunidade de lucro e o comerciante pode tirar sua sobrevivência para os meses em que a renda não é tão boa. É bom dizer que esses comerciantes pagavam a sua taxa de ocupação pelo espaço utilizado.

Precisamos não ser demagogos, muito menos hipócritas. Precisamos pensar na solução do problema. Tenho fé que o Governo do Distrito Federal será sensível aos trabalhadores e pais de família, porque o Governo tem na mão uma caneta importante para poder dar solução aos problemas da sociedade.

Podem contar comigo nessa luta em prol de melhores dias para os trabalhadores. Com certeza aparecerá uma resposta favorável que irá agradar a todos. Que Deus abençoe a todos.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 09 2008	15h25min	82ª Sessão Ordinária	16

(Assume a Presidência o Deputado Alírio Neto.)

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, colegas Parlamentares, senhoras e senhores da imprensa, da galeria, assessores, governar é mesmo estabelecer prioridades e contemporizar direitos. Por isso, não é fácil governar. É preciso que a cada momento se possa, no gerenciamento, agradar a uns, desagradar a outros, mas trabalhar de maneira que a população, o usuário do serviço, esteja realmente sendo contemplada, porque é ela que paga os impostos.

Sr. Presidente, eu refiro-me assim, Deputado Bernaldo Pontes, Deputada Jaqueline Roriz, meu Líder Deputado Cabo Patrício, Deputado Reguffe, porque há alguns meses chegou a esta Casa um projeto do Governo, Deputado Pedro do Ovo, querendo regularizar os quiosques existentes no Distrito Federal.

Fomos para uma reunião para debater o tema com a liderança de Governo. Eu, agora, inclusive conferi com o Deputado Leonardo Prudente e falo aos trabalhadores que se encontram nas galerias que lá fizemos um questionamento: onde está o mapa da cidade com todos os quiosques existentes, para que possamos partir do que ocorre hoje? Qual é a importância desse mapa, Deputado Bispo Renato? Que saibamos quem são realmente os trabalhadores que estão há anos nesta labuta ganhando o pão de cada dia sem os favores eleitoreiros.

É para que o Governo, esse ou aquele administrador, não priorize uns em detrimento de outros. Não fique olhando quem veste a camisa verde, a camisa azul ou a camisa vermelha. É necessário que se tenham critérios, Sr. Presidente, e para se ter critérios, a primeira avaliação que devemos fazer – se é que o Governo quer mesmo regularizar a situação – é um mapa de tudo que existe hoje. Há setores em que é perfeitamente possível regularizar já. Há outros setores que, talvez, precisem ter, efetivamente, adaptação. Há outros em que é necessária a desapropriação para que se legalize, porque o trabalhador e a trabalhadora não podem mais viver correndo da fiscalização como se fossem bandidos. Nós não podemos mais admitir isso, Sr. Presidente.

Eu aqui falo porque nós, desta Casa, temos vivido, Deputada Jaqueline Roriz, do circunstancial, apenas do circunstancial. É como se trabalhássemos apenas reativamente. Toda vez que surge um problema, o Governo o envia a esta Casa, e a Casa fica com a responsabilidade sem ter a caneta. Pois que o Governo – eu dizia isso ao Deputado Leonardo Prudente – envie a esta Casa um mapa com toda a fotografia da situação existente de quiosques hoje no Distrito Federal, para que se possa, aí sim, adequar as situações, de maneira que as trabalhadoras e os trabalhadores não fiquem devendo a este ou àquele político, a este ou àquele



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 09 2008	15h25min	82ª Sessão Ordinária	17

Governo ou a este ou àquele partido, porque o trabalhador quer trabalhar conforme a lei.

Pois bem, Sr. Presidente, eu digo isso a V.Exa. porque é a minha impressão, e essa é uma impressão, Deputado Pedro do Ovo, que eu tive quando da votação do chamado PL das igrejas, que hoje está anulado. Eu avisava há algum tempo que os anexos eram inconstitucionais e que a forma como se dava o debate, até aqui e ali, era bem intencionada, mas não se regularizaria nada, e os trabalhadores e trabalhadoras ficariam só com a expectativa.

Da mesma forma, Deputado Bispo Renato, meu Líder Deputado Cabo Patrício, estamos correndo o risco de que ocorra com os quiosques e *trallers* a mesma coisa. Só que desta vez, Sr. Presidente, eu venho a esta tribuna para observar aos trabalhadores e trabalhadoras que lá estão que estarei pronto a dizer que se o Governo não mandar para cá esse mapa para que comecemos o trabalho, estarei pronto a denunciar que é o Governo que não quer regularizar a situação, para deixar os trabalhadores com a espada de Dâmocles sob o pescoço. Nós, do Partido dos Trabalhadores, não admitimos isso! Nós podemos agradar, desagradar, ser simpáticos, antipáticos, mas não admitimos esse tipo de desonestidade intelectual e política. Nós não admitimos!

Então, Sr. Presidente, estamos atentos. O Líder, Deputado Cabo Patrício, na condução da bancada, está bastante atento para que façamos com os trabalhadores e trabalhadoras um debate real, porque vaias e aplausos passam, o que não passa é o princípio. E eu sou daqueles que prefere – mesmo que eu não seja mais Deputado, que é um título que passa – ser olhado com dignidade, como alguém que enfrentou as questões, como alguém que não iludiu e não guardou falsas expectativas, que foi franco e resolveu os problemas quando pôde.

É essa a observação que quero fazer. Muito obrigado.

DEPUTADO PAULO TADEU – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parece que foi feito um acordo, e é importante que V.Exa. saiba, como Chefe deste Poder. Na próxima semana, segunda-feira, ocorrerá um encontro entre os técnicos do Governo, os técnicos desta Casa e os quiosqueiros para fechar uma proposta final, a fim de que possamos na semana que vem ainda, na terça-feira provavelmente, aprovar em primeiro e segundo turnos o projeto dos quiosqueiros. Antes disso, o Deputado Leonardo Prudente, como Líder do Governo, vai até o Governador conversar com S.Exa. a respeito dessa questão.

Entretanto, ainda falta tratarmos de um assunto. Qual é o assunto? Eles foram retirados da Rodoviária, e o que eles estão solicitando a esta Casa e ao Governo é que possam voltar ao seu local, trabalhar até o final do ano, pelo menos,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 09 2008	15h25min	82ª Sessão Ordinária	18

Inclusive no Natal e no Ano-Novo. E a partir do próximo ano, em uma fase de transição, eles já estariam em outra localidade, portanto.

É fundamental que nessa conversa, nesse encontro com o Governador, quero pedir a V.Exa., que é chefe deste Poder, que interfira junto ao Governador para que S.Exa. autorize esses trabalhadores a voltarem a trabalhar na Rodoviária até pelo menos o início do ano que vem, quando estarão alocados em seus devidos lugares. O que não podemos é deixá-los a "ver navios", pois muitos deles compraram as mercadorias para vender no Natal. Do jeito que estão hoje, vão ter um prejuízo enorme tanto do ponto de vista econômico, quanto do social.

Portanto, peço não só ao Líder do Governo, Deputado Leonardo Prudente, mas também a V.Exa., Deputado Alírio Neto, que é chefe deste Poder, que solicitem ao Governador Arruda que autorize a volta desses trabalhadores para a Rodoviária, pelo menos até o início do mês de janeiro, para que eles possam ter a tranqüilidade de trabalhar neste final de ano.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente, Deputado Alírio Neto.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em relação às palavras do Deputado Paulo Tadeu, informo que nós fechamos um acordo de fazer a discussão técnica do projeto na segunda-feira, às 10 horas da manhã.

Portanto, todos os Deputados que tiverem interesse em participar dessa discussão ou quiserem mandar suas contribuições por meio de sugestões de emendas, encaminhe-as até 10 horas da manhã da próxima segunda-feira à sala da liderança do PMDB. Faremos o encontro de informações com ou sem a presença do Governo. No entanto, espero que o Governo nos envie as informações que solicitamos.

Sr. Presidente, Deputado Alírio Neto, só não discutimos o projeto nem o colocamos em pauta porque estamos aguardando o estudo técnico do Governo para definir a metragem dos quiosques. Daremos mais um prazo: até segunda-feira. Se o estudo não chegar, politicamente vamos tomar essa decisão. Não podem ficar os quiosques e os *trailers* aguardando sem uma solução definitiva.

Na próxima semana, a Casa estará dedicada a essa categoria tão importante que é a categoria de quiosques, *trailers* e similares.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 09 2008	15h25min	82ª Sessão Ordinária	19

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Líder do Governo informou sobre o acordo a respeito da reunião de segunda-feira para definirmos um substitutivo que possa ser votado. Mas S.Exa. não deixou claro – solicito que S.Exa. explique isso novamente – como ficará a situação dos trabalhadores que foram retirados da Rodoviária. Eles querem voltar para a Rodoviária até o mês de dezembro. Afinal, estamos nos aproximando das festividades, e esses profissionais dependem desse trabalho para sustentar suas famílias.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu disse isto anteriormente, mas o Deputado Cabo Patrício não ouviu. Portanto, vou repetir: eu acabei de falar com o chefe da Casa Civil. Externei a ele o que está acontecendo, inclusive a dificuldade por que essas pessoas estão passando. E solicitei uma audiência, o mais rápido possível, com o Governador, com uma comissão de Deputados e com uma comissão deles, para discutirmos especificamente a volta desses trabalhadores para a Rodoviária.

Nós não temos o poder da caneta, Deputado Alírio Neto, não temos o poder mandá-los para trabalhar lá. Se tivéssemos, faríamos isso agora. Não tenho dúvida de que o desejo e a vontade de todos os Deputados desta Casa é vê-los trabalhando, vendendo seus produtos e levando o sustento para suas casas. Essa não é uma decisão do Poder Legislativo. E, como esta Casa nunca deixou de negociar, vamos continuar fazendo a negociação desse assunto com a participação de outros Deputados, eu creio.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Fica, então, registrada a posição da Liderança do Governo na busca de conciliar uma reunião da liderança dos trabalhadores que estão aqui na galeria, dos microempresários das áreas dos quiosques, com o Governo.

Eu quero externar agora a minha posição, como Parlamentar, neste momento, sobre essa questão dos quiosques e, em especial, sobre o projeto que tramita nesta Casa. Há uma série de erros no projeto, entre os quais a possibilidade de comercialização de alimentos nos quiosques, pois os quiosques devem comercializar principalmente alimentos.

Quanto à metragem, eu tenho posição firme de que não dá para se discutir um espaço menor que 90 metros quadrados para esse tipo de empreendimento. E, para ser sincero, o sonho que temos é o de dar oportunidade de trabalho à população.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 09 2008	15h25min	82ª Sessão Ordinária	20

Portanto, quem me conhece sabe que realizei algumas reuniões para tratar desse assunto. Não abro mão das emendas de minha autoria, pois realizamos várias discussões com os quiosqueiros da nossa cidade, em audiência pública com a população no Guará. Vou defender isso a todo instante, podem ter certeza disso!

DEPUTADO WILSON LIMA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Deputado Leonardo Prudente solicitou, quando o Deputado Paulo Tadeu estava na Presidência, que iniciássemos a Ordem do Dia abrindo mão de apreciarmos os vetos, bem como os projetos em regime de urgência. Houve uma concordância ou, pelo menos, nenhum Deputado manifestou-se em contrário. Assim, acredito que estamos prontos para votar, ou seja, para entrar na Ordem do Dia.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Deputado Wilson Lima, ainda há alguns Parlamentares inscritos, os quais manifestaram à Mesa que desejam fazer uso da palavra.

Concedo a palavra ao Deputado Raad Massouh. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Cabo Patrício. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Geraldo Naves.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quiosqueiros, um grande abraço. Vocês já estão indo embora? Um forte abraço a todos!

O que me traz aqui hoje é uma atitude abominável de um Parlamentar que até pouco tempo atrás sempre respeitei. Eu até acompanhei alguns discursos de S.Exa. Aqui não vim para denegrir a imagem de ninguém. Mas uma coisa me deixou assustado: a mentira imposta e colocada de uma forma má. Eu questionei esse Deputado na semana passada. Perguntei a ele: escuta, você esteve no Conic distribuindo panfletos contra o Governador José Roberto Arruda? Ele disse: "Estive". S.Exa. depois acrescentou que foi para a Rodoviária, aquele negócio todo.

Eu fiquei indignado e assustado. Mandei buscar, pedi que buscassem para mim o panfleto. E, para minha surpresa, está constatado um crime, um crime! Pegou a foto do Governador, montou em um *photoshop* e divulgou! Mandou imprimir, o Líder do Partido dos Trabalhadores. Mandou imprimir e distribuiu em todos os lugares. Ora! É o mesmo que estão fazendo com os quiosqueiros. A injustiça está sendo colocada? Está.

O Governador Arruda não tirou essa foto; não estava no local dessa foto. E ainda há uma aberração aqui: "Arruda compra 1 kg de camarão por 3 mil reais com dinheiro público". Um kg! Não, não se assustem! Está aqui. Esse foi o panfleto divulgado. Isso é crime! Isso é crime, Deputado Reguffe. É crime acusar mentindo. E



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 09 2008	15h25min	82ª Sessão Ordinária	21

isso o Deputado Cabo Patrício fez. É uma mentira! Justamente o Deputado Cabo Patrício, que é amigo do Governador Arruda.

Eu vi o Cabo Patrício pedindo voto com o Arruda. É do PT, mas caminhou junto com o Arruda pedindo voto. Vi o Governador pedindo voto para o Cabo Patrício. Eu vi. Por que isso agora? Por que isso? Está sendo usado um homem digno, um Deputado Distrital! S.Exa. está dizendo que o Governo do Distrito Federal pagou quarenta e dois reais por cada camarão. Está escrito aqui! Por que isso?

Até pouco tempo atrás, o Cabo Patrício que conhecíamos era assessor particular do Waldomiro Diniz, trabalhava na Casa Civil na época do José Dirceu. Quando havia agitação na porta do Buriti, eu cobrava do Cabo Patrício, nos meus programas de TV, aumento para a Polícia Militar, dizendo: "Ele está fazendo manifestação com a Polícia Militar na porta do Buriti. Tem que pedir aumento para o Zé Dirceu, porque o dinheiro vem da União". Eu recebi ameaças por *e-mail*, mas continuei cobrando.

Quero deixar bem claro que não é nada pessoal, é indignação mesmo. Aqui podemos expor nossas opiniões, podemos falar, mas mentir, não. Imprimir e divulgar é pior, é crime. Lamento, mas tenho quase certeza, Sr. Presidente Deputado Alírio Neto, de que o Deputado Cabo Patrício pagará por esse crime. Com certeza, isso não ficará assim. O Governador pode ter todo tipo de defeito do mundo, mas isso aqui, não! S.Exa. jamais faria isso. Uma foto com camarão? Lá no RM, não tem camarão a quarenta e dois reais.

Poderíamos falar aqui do Presidente Lula, por exemplo, que come a carne que vem da Argentina e paga por ela um valor X, mas o Governo do Distrito Federal hoje tem um ótimo relacionamento com o Presidente da República. Então, vamos deixar isso para lá, a fim de não prejudicar a nossa comunidade e as reivindicações do Distrito Federal.

É lógico que a indignação permanece e a pergunta fica: quem está usando o Deputado Cabo Patrício para falar no meio da rua, para ir para o Conic panfletar contra o Governo? Todos os comprovantes do Governo do Distrito Federal estão em minhas mãos: o que ele comprou, como comprou, de que forma comprou. Então, só tenho a lamentar que um Parlamentar desvirtue tudo.

Eu já estava indignado com aquela faixa que S.Exa. colocou lá no viaduto, que dizia: incompetência do Governo Arruda. Fiquei indignado. Incompetência por quê? Até poucos dias, era seu amigo! Não há nada que diga que S.Exas. não são amigos. São amigos! Andaram juntos na campanha. Pediram votos juntos. V.Exa., Deputado Cabo Patrício, chega ao Buriti e diz para o Governador que está aprendendo com S.Exa., que S.Exa. é seu mestre. Depois diz aqui que é incompetência do Arruda. Não entendo!

Os praças, os soldados ficam indignados e comentam: "Sr. Geraldo, o senhor acredita que o Cabo Patrício falou que o Governador é amigo dele?" Respondo: "Mas



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 09 2008	15h25min	82ª Sessão Ordinária	22

é. Eles andaram juntos na campanha”. Isso é notório. Agora, um camarão a quarenta e dois reais? Não dá. Um quilo de camarão a três mil reais? Não dá. V.Exa. publicou isso, Deputado Cabo Patrício. Portanto, lamento informar que V.Exa. cometeu um crime, pagará por isso, e caro. Eu fico triste porque V.Exa. é jovem e tem uma carreira promissora, mas desse jeito, com mentira, não vai chegar a lugar nenhum. Não é nada no campo pessoal.

Agradeço ao Presidente e a todos os presentes. Fiz um desabafo porque não ficaria calado depois que o meu partido, o Democratas, perguntou-me: por que o nosso partido não fala absolutamente nada, se está sendo ferido desta forma? Então, fica registrada aqui a minha indignação. Só lamento que a Polícia Militar, mais uma vez, vou falar para os policiais que estão nos assistindo pela *TV Distrital*: cuidado para vocês não serem usados da mesma forma como estão usando por aí. Cuidado!

Muito obrigado.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para usar o direito de resposta.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Para direito de resposta. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, achei que esse debate não fosse chegar aqui na Câmara, e nem queria fazê-lo porque, se eu começar a vir a esta tribuna cada dia que entro no SIGGO e detecto um crime – é um crime gastar dinheiro público, do contribuinte, de imposto dessa forma, e o Governo se diz austero –, nós vamos ficar aqui, todos os dias, sem votar um único projeto, só fazendo denúncias e investigando. Essa é também uma função do Parlamentar. Esta Casa tem o dever de fiscalizar, cada um dos 24 Parlamentares. Talvez alguns achem que não, mas está na Lei Orgânica do Distrito Federal. O Regimento Interno desta Casa também prevê isso.

Sr. Presidente, eu quis expor isso com muita tranquilidade, porque repassamos esses dados para a imprensa local, e não saiu nenhuma linha; passamos para a mídia nacional, e também não saiu nenhuma linha. É direito do Parlamentar fazer panfleto. Se a pessoa acha que sua honra foi ofendida ou que um crime foi cometido, entre na Justiça! A Justiça está aí para garantir o direito de qualquer cidadão, seja homem público ou não. Entre na Justiça, não diga leviandade.

Talvez alguns Deputados não tenham entrado no SIGGO, mas eu tenho aqui o Quadro Demonstrativo de Despesa – QDD, para quem quiser ver. Aqui está: um quilo de camarão por R\$ 3.023,83 (três mil e vinte e três reais e oitenta e três centavos). Se dividirmos pela quantidade, chegamos ao valor de R\$ 42,00 (quarenta e dois reais) por camarão. Foi apenas esse dado que colocamos no panfleto, que inclusive foi publicado na revista *Isto é*. No mesmo QDD, temos outro dado do mesmo dia: R\$ 2.916,00 (dois mil, novecentos e dezesseis reais) por um quilo de camarão limpo, grande, tipo Pitu, marca tal. É bom deixar bem claro isso aqui. Tudo que foi colocado no panfleto é a mais pura verdade.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 09 2008	15h25min	82ª Sessão Ordinária	23

Agora, os Deputados que acharem que não está correto podem pegar a sua senha e entrar no SIGGO hoje! Entrem no SIGGO e amanhã venham à tribuna para dizer que o QDD não está completo, com as despesas que foram gastas, porque o valor da nota não é apenas três mil reais, o complemento da nota é de mais de vinte e três mil reais! Como não justificaram ainda, continua aberto o QDD. Se algum Deputado conseguir imprimir o QDD completo até amanhã, traga-o para este plenário, para que possamos vê-lo. Esse é apenas um dos dados. Se pegarmos tudo que foi levantado no SIGGO...

Então, dizer que é algo pessoal, que é amigo, que fez campanha junto, eu fiz campanha pelo Partido dos Trabalhadores com a ex-Deputada Distrital Arlete Sampaio, que foi a mais votada quando veio para cá. Mas como Parlamentar, representante dos policiais e bombeiros militares e do povo do Distrito Federal, tenho, sim, de ir ao Buriti negociar e conversar com o Sr. Governador, de forma institucional: de Líder da bancada do Partido dos Trabalhadores para Governador do Distrito Federal. Isso tem de ficar claro, para as coisas não ficarem meio confusas e nebulosas.

Quantas vezes for preciso, vamos à Praça. Só para ter uma idéia, Sr. Presidente, os policiais e bombeiros não têm direito à sindicalização. Nós temos associação. E vamos estar na Praça do Relógio no dia 2 de outubro, às 19h, para dar uma resposta ao Sr. Governador e ao Governo, porque quem mentiu e cometeu crime foi quem fez promessa aos policiais e não a cumpriu, quem fez um acordo com os quiosqueiros e não o cumpriu, com os professores e não o cumpriu. Isso é crime: crime eleitoral. Ou não se é obrigado a cumprir promessa de campanha?

Se um homem público não aceita ser criticado, que não entre na vida pública. Eu já disse isso várias vezes. Aceito a crítica que for correta, justa, porque os documentos estão aqui, e estou desafiando os Deputados a consultarem o SIGGO, para que vejamos que o que está aí foi publicado na Revista *Isto é* e, depois, no panfleto. O SIGGO está à disposição. Quanto à foto, quem se sentir ofendido, que entre na justiça. E, se não tem condições de aceitar uma crítica de qualquer pessoa, não entre na vida pública.

Os policiais e os bombeiros estarão onde o Governador estiver, cobrando o risco de morte, cobrando o que ele prometeu, porque ele tem de cumprir essas promessas até o término do seu mandato.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra ao Deputado Roberto Lucena. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Bispo Renato. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Rogério Ulysses.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, demais Parlamentares, fiz questão de fazer uso da



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 09 2008	15h25min	82ª Sessão Ordinária	24

palavra para, em primeiro lugar, deixar aqui minha solidariedade aos quiosqueiros da Rodoviária. Estive lá no dia em que houve a remoção dos quiosques e tive oportunidade de sentir e ver pessoalmente o desespero, o desamparo e a indignação de pessoas que trabalhavam na Rodoviária havia anos.

Freqüente a Rodoviária do Plano Piloto porque faço campanha de contato com meu eleitorado e acho que ela tem, sim, de ser fiscalizada, moralizada, mas não se pode generalizar e colocar no mesmo patamar trabalhadores e criminosos. O que foi feito na Rodoviária foi essa generalização. Em função de um problema isolado, os trabalhadores que ali estavam havia anos foram penalizados.

Então, quero fazer aqui três questionamentos. Primeiro: quando será devolvido o material confiscado dos trabalhadores? Segundo: se não é possível ficar na Rodoviária do Plano Piloto, onde esses trabalhadores serão alocados? Terceiro: há perspectiva de realocá-los em outra área?

Deputado Leonardo Prudente, acho que nós poderíamos intermediar essa negociação. Hoje mesmo tive oportunidade de conversar com o Sr. Geovani Ribeiro e fiz essa ponderação: se não for possível mantê-los na Rodoviária, vamos tentar, por exemplo, usar a Estação 110 Sul do Metrô. Poderia ser uma opção para esses trabalhadores. Eles têm de ser acomodados em algum local.

O esforço que foi feito para retirar os ambulantes da Rodoviária e realocá-los no *Shopping* Popular é uma iniciativa que deu certo. Se o Governo quer partir para uma proposta de moralização, de regulamentação, que faça isso de forma consensual e propositiva.

Hoje, nesta Casa, tramita a Lei dos quiosques. Defendemos a idéia e elaboramos uma série de emendas a esse projeto. Quero dizer a todos os trabalhadores que estamos dispostos a pleitear essa negociação.

(Assume a Presidência o Deputado Wilson Lima.)

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Deputado Rogério Ulysses fez menção aos quiosques e *trailers*. Eu conheço a história de lutas de S.Exa. e sei que faz parte da base do Governo.

Eu conversei com o Líder de Governo, Deputado Leonardo Prudente. Há algum tempo, cobramos do Governo uma radiografia da situação, para que não fique um trabalhador como perseguido ou outro trabalhador como protegido. O fundamento da tese é esse. Poderíamos pedir juntos que o Governo mandasse imediatamente essa radiografia, para fazermos o projeto tramitar nesta Casa.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES – Eu gostaria de concluir meu discurso prestando minha solidariedade aos trabalhadores que, aqui na Câmara Legislativa,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 09 2008	15h25min	82ª Sessão Ordinária	25

puderam ser ouvidos e ouvir o debate do tema. Que negociemos com o Governo para tentar reaver a mercadoria dos trabalhadores e buscar uma alternativa de acomodação deles em alguma área do Distrito Federal. São dezenas de trabalhadores, que merecem respeito.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra à Deputada Jaqueline Roriz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Brunelli. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Batista das Cooperativas. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Eurides Brito. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Milton Barbosa. (Pausa.)

DEPUTADO PAULO TADEU – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ouvi atentamente o debate entre o Deputado Geraldo Naves e o Líder da bancada do Partido dos Trabalhadores, Deputado Cabo Patrício, com relação ao episódio dos camarões.

Eu gostaria de dizer a esses dois Parlamentares que há de fato um erro muito grande da Secretaria de Estado de Governo, registrado no SIGGO. O erro original está no próprio sistema. Está registrado lá um quilo de camarão no valor de R\$ 3.023,00 (três mil e vinte e três reais). Mais embaixo, vemos 117 quilos de dourado. Há outras coisas também que o Governo compra, e isso é normal. Não estamos questionando a compra desse tipo de mantimento para a casa do Governador. Isso é natural. De fato, houve um erro por parte do SIGGO. Os técnicos da Secretaria que erraram deveriam responder pelo erro publicado. É um erro grave que gerou a nota do Deputado Cabo Patrício e o pronunciamento do Deputado Geraldo Naves. Mas está claro que o erro foi da Secretaria, que publicou tal dado equivocadamente.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, cabe ao Deputado Cabo Patrício dizer que foi um erro publicar um panfleto dessa natureza, divulgar que um quilo de camarão foi comprado por R\$ 3.000,00 (três mil reais). Cabe a S.Exa. dizer que errou e que não deveria ter publicado isso. Não existe camarão por esse preço em lugar nenhum do mundo. Eu só gostaria que S.Exa. dissesse: "Eu errei".

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 09 2008	15h25min	82ª Sessão Ordinária	26

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de reafirmar que não houve erro. Fiz o panfleto e farei outros, quantos mais forem preciso. Em segundo lugar, mais do que nunca, vou fiscalizar não só o SIGGO, mas também a Secretaria de Fazenda para ver se não há outras despesas em que os números foram manipulados. Vou fiscalizar tudo.

Hoje, por exemplo, eu estava fiscalizando a BrasíliaTur. Vou trazer dados de todos os órgãos do Governo, colocá-los na tribuna e nas ruas para a sociedade tomar conhecimento. A sociedade tem de saber como é gasto o dinheiro público de um Governo que se diz austero.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, duas questões. Primeiro: todos esperamos que não se assassine o camarão. Vamos acabar com essa história do camarão, senão ele vai ser assassinado mesmo. Segundo: vamos votar! Já discutimos o que tinha de ser votado. Vamos votar!

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, para acabar com a possibilidade de equívocos, como esse em debate hoje, há uma lei que aprovamos – tive à ocasião o apoio da Deputada Eurides Brito e de outros Deputados que estavam na Casa – que não foi questionada até hoje, que faz a transparência do Distrito Federal. Ou seja, deve sair na Internet toda a execução orçamentária, de maneira que nesse caso toda a população teria a transparência dos gastos, assim como lutamos tanto para que houvesse isso na Câmara Legislativa do Distrito Federal. Embora nós e a Câmara Legislativa sejamos criticados, a Casa deu a oportunidade – essa Mesa Diretora elogiável – para que todos tivessem conhecimento do que se gasta ou se deixa de gastar.

Então, deixo essa sugestão.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, conforme havíamos deliberado com a anuência dos Líderes, poderíamos começar pelo Item nº 29, que trata do crédito suplementar para o pagamento de salário dos professores; em seguida, o Projeto nº 991, que trata da CIP; por último,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 09 2008	15h25min	82ª Sessão Ordinária	27

o Item nº 16, que trata das taxas, já que está sendo feita a impressão das emendas para encaminhamento ao plenário.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputado Leonardo Prudente, a Deputada Erika Kokay é a última inscrita no Comunicado de Parlamentares, então S.Exa. fará uso da palavra.

Incluo como Item extrapauta, para discussão e votação, o Projeto de Lei nº 991, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “fixa os valores para efeito de cobrança da Contribuição de Iluminação Pública – CIP, relativa ao exercício de 2009, na forma do Anexo Único a esta Lei”.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, durante a elaboração da redação final do PLC nº 96, de 2008, a Comissão de Constituição e Justiça detectou a existência de dois problemas no texto da proposição original e das emendas apresentadas. Tais problemas são apresentados a seguir, assim como as soluções adotadas pela nossa Comissão.

Primeiro, o § 2º do art. 2º da proposição original faz referência às multas cobradas pelo DETRAN e pelo DER. As Emendas de Segundo Turno nºs 8 e 9, no entanto, suprimem os dispositivos do art. 1º, que estabelece essas multas como objeto do REFAZ III. Tal supressão torna incoerente a alusão feita às multas no § 2º do art. 2º, porque já haviam sido retiradas do texto no parágrafo citado. Por isso, esse parágrafo foi retirado da redação final.

Segunda observação: no texto do projeto original, o § 11 do art. 6º está redigido da seguinte forma:

“§ 11. A opção na forma deste artigo é condicionada ao pagamento em espécie de 10% do valor do saldo consolidado”.

O dispositivo foi objeto de duas emendas de primeiro turno, cujos textos são distintos. A Emenda nº 8 acrescenta uma ressalva ao texto original, assim:

“§ 11. A opção na forma deste artigo é condicionada ao pagamento em espécie de 10% do valor do saldo consolidado, ressalvadas as hipóteses em que o titular originário do precatório seja o devedor do crédito tributário”.

Esta foi inclusive a emenda do PT.

A Emenda nº 20 altera o valor percentual expresso no parágrafo:

“§ 11. A opção na forma deste artigo é condicionada ao pagamento em espécie de 5% do valor do saldo consolidado”.

Considerando o fato de que as emendas abordam questões distintas e que ambas foram aprovadas no mesmo momento, decidiu a Presidência da comissão,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 09 2008	15h25min	82ª Sessão Ordinária	28

após consulta à Assessoria de Plenário, que o texto do dispositivo deveria incluir as alterações propostas pelas duas emendas, com uma fusão de ambas. De acordo com essa orientação, o parágrafo foi assim redigido:

“§ 11. A opção na forma deste artigo é condicionada ao pagamento em espécie de 5% (cinco por cento) do valor do saldo consolidado, ressalvadas as hipóteses em que o titular originário do precatório seja o devedor do crédito tributário.”

Deve a redação final, conforme art. 205 do Regimento Interno, ser encaminhada ao Plenário para que os Deputados tomem conhecimento das correções feitas. Caso haja Impugnação, deve a redação ser submetida à deliberação do Plenário.

Então, passo as redações e as notas técnicas a V.Exa.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esta Presidência indaga se, no Plenário, algum Deputado tem algo contrário ao esclarecimento da CCJ quanto ao ocorrido na votação do Projeto de Lei Complementar nº 96, de 2008. (Pausa.)

Não havendo nenhuma manifestação em contrário, considero a questão pertinente e peço à Assessoria da Mesa que adote as providências necessárias para que sejam corrigidos, na redação final do projeto, os dados que a Deputada Eurides Brito aqui relatou.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Obrigada, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay, última inscrita nos Comunicados de Parlamentares.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, não tenho dúvida de que estarei com absoluta certeza e dentro da verdade ao dizer que o que aconteceu na Rodoviária com os quiosques foi um verdadeiro abuso. Nenhuma daquelas pessoas que vive naqueles boxes está ali porque invadiu aquele espaço. Todos tiveram autorização para estar lá, em algum momento.

Alguns estão lá há doze ou quinze anos e fizeram a padronização dos locais de venda conforme o GDF autorizou. E, na calada da madrugada, de forma mais uma vez covarde, o Governo retira todos esses quiosques. Está devolvendo hoje, parece-me, mas não autoriza a manutenção da sua atividade. Estão ali há quinze, vinte anos, com autorização do próprio DF e, ainda que essa autorização tenha sido rompida, não invadiram aquele espaço e vivem do que conseguem vender com atividade honesta.

Portanto, esta Casa, que não foi responsável por isso, mas que tem responsabilidade de buscar uma mediação e uma solução, tem de se comprometer a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 09 2008	15h25min	82ª Sessão Ordinária	29

efetivar todos os esforços necessários para que essas pessoas possam ter uma forma de sobrevivência. É desumano e covarde o que aconteceu na Rodoviária!

É desumano também o que está acontecendo na Rodoviária com o espancamento de crianças e adolescentes em situação de rua. O Governo do Distrito Federal, frente à denúncia de exploração sexual na Rodoviária, tentou fazer uma limpeza social e devolver essas crianças e esses adolescentes à invisibilidade que tinham em função da falta de manto e da falta de compromisso com a legalidade prevista no Estatuto do Governo do Distrito Federal.

Os adolescentes e as crianças estão refugiados em uma ONG que faz um trabalho com adolescentes e crianças em situação de rua. As crianças agredidas estão com muitas marcas no corpo. Apanharam na palma das mãos e dos pés e na cabeça. Estão temerosas e apavoradas de saírem daquele local e novamente serem agredidas pela Polícia do Distrito Federal.

É inadmissível, no Estado Democrático de Direito, que crianças e adolescentes sejam várias vezes vítimas porque não têm um lar. O Governo fala em devolvê-las às famílias. A grande maioria não tem família, a grande maioria não tem casa, é uma geração, via de regra, nascida na rua, de pais e mães em situação de rua. Portanto, a maioria, ou grande parte, não tem casa. Noventa e nove por cento têm envolvimento com drogas, e não há um tratamento do Governo do Distrito Federal, na rede de saúde, para esses casos. Não há um centro de atenção psicossocial cadastrado para tratar álcool e drogas em crianças e adolescentes no Distrito Federal.

As pessoas não têm para onde ir, e várias delas pedem que se arranje um lugar para que possam se livrar das drogas e das garras dos traficantes. E no Distrito Federal não há. No Distrito Federal, estão encaminhando esses adolescentes para suas casas – quando têm casa –, ou para abrigos. Eles não ficam em abrigos. Saem do abrigo, vão para a Rodoviária e são espancados.

Cheguei atrasada a esta sessão, porque estava em duas reuniões, uma do Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. Queremos pautar a exploração sexual de crianças e adolescentes, e também a política de crianças e adolescentes no Distrito Federal. A outra, convocada pelo Ministro Gilmar Mendes, que estabeleceu uma portaria que cria um grupo para, em trinta dias, apresentar metas para políticas de proteção a crianças do Brasil inteiro, mas com início em Brasília, frente ao escândalo que se estabeleceu. Estávamos, portanto, com o Ministro Gilmar Mendes para a efetivação desse grupo.

Por fim, vou apenas dizer a V.Exas. que não há o que se inventar: já existem planos nacionais e distritais para combater esses fenômenos que violam os direitos das nossas crianças, precisa apenas que o Executivo esteja com a destinação orçamentária devidamente executada. Foi zero por cento de combate ao trabalho



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 09 2008	15h25min	82ª Sessão Ordinária	30

Infantil até 25 de setembro; zero por cento de combate à exploração sexual de criança e adolescente até o dia 25 de setembro.

O Executivo tem que executar a dotação orçamentária prevista, porque a média de execução para as políticas de crianças e adolescentes tem sido de 11%. É impossível respeitar a Constituição, respeitar os direitos de crianças e adolescentes, respeitar os direitos humanos nesta cidade, enquanto o executivo, por meio da Polícia, tratar com tortura os adolescentes vítimas de exploração, de drogadição, de trabalho infantil e de situação de rua.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Dá-se início à
ORDEM DO DIA.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados para a verificação de *quorum*.

(Procede-se à verificação de *quorum*.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 09 2008	15h25min	82ª Sessão Ordinária	31

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, há Parlamentares que estão na Casa, como o Deputado Benício Tavares, que foi atender algumas pessoas em seu gabinete, e o Deputado Rogério Ulysses. Peço a V.Exa., se os demais Deputados estiverem de acordo, que suspendamos a sessão por dois minutos, para que haja tempo suficiente de os Deputados retornarem ao plenário.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputado Leonardo Prudente, vou solicitar ao Sr. Secretário que, novamente, proceda à chamada nominal dos Deputados para verificação de *quorum*, enquanto V.Exa. faz contato com os Deputados no sentido de que venham ao plenário para apreciarmos as matérias acordadas.

(Procede-se à verificação de *quorum*.)



VERIFICAÇÃO DE QUORUM

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE PRESENÇA DOS DEPUTADOS
5ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA- 2007/2010

DEPUTADO (A)	PRESENTE	AUSENTE	LICEN.
BATISTA DAS COOPERATIVAS – PRP		X	
BENÍCIO TAVARES – PMDB	X		
BERINALDO PONTES – PP	X		
BISPO RENATO – PR		X	
BRUNELLI – DEM		X	
CABO PATRÍCIO – PT		X	
CHICO LEITE – PT		X	
CRISTIANO ARAÚJO – PTB		X	
DOUTOR CHARLES – PTB	X		
ÉRIKA KOKAY – PT	X		
EURIDES BRITO – PMDB	X		
GERALDO NAVES – DEM	X		
JAQUELINE RORIZ – PSDB		X	
LEONARDO PRUDENTE – DEM	X		
MILTON BARBOSA – PSDB	X		
PAULO TADEU – PT		X	
PEDRO DO OVO – PMN	X		
RAAD MASSOUH – DEM	X		
RAIMUNDO RIBEIRO - PSL		X	
REGUFFE – PDT	X		
ROBERTO LUCENA - PMDB		X	
ROGÉRIO ULYSSES – PSB	X		
WILSON LIMA – PR	X		
ALÍRIO NETO – PPS		X	
TOTAL	13	11	


SECRETÁRIO DEPUTADO (A)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 09 2008	15h25min	82ª Sessão Ordinária	32

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Há *quorum* para deliberação.

Item nº 29:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.010, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R\$ 179.080.776, 00 (cento e setenta e nove milhões e oitenta mil, setecentos e setenta e seis reais) para reforço de dotações orçamentárias no vigente orçamento”.

O parecer da CEOF já foi aprovado.

Em discussão, em primeiro turno.

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, votarei favoravelmente a esse crédito porque é raro ver aumento de recurso para a área de Educação. Não posso votar de outra forma.

Sou um crítico. Quando tenho que criticar, critico de forma feroz. Tenho consciência da minha responsabilidade. Quando vejo uma coisa boa, tenho que reconhecer. Como esse projeto aumenta recursos para a área de Educação, votarei favoravelmente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Berinaldo Pontes.

DEPUTADO BERINALDO PONTES (PP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, discordo do Deputado Reguffe quando S.Exa. diz que são raros os investimentos na Educação. Na cidade de Planaltina, Deputado Reguffe, está sendo construída uma nova escola, outra foi entregue agora no Arapoanga e uma outra será entregue nas Estâncias. A escola integral está sendo adotada neste Governo.

Portanto, discordo da posição de S.Exa. quanto ao investimento do Governo Arruda na Educação. Inúmeros investimentos estão sendo feitos.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 13 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item extrapauta:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 09 2008	15h25min	82ª Sessão Ordinária	33

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 991, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "fixa os valores para efeito de cobrança da Contribuição de Iluminação Pública - CIP, relativa ao exercício de 2009, na forma do Anexo Único a esta Lei".

Relatores: Deputado - CEOF
Deputado - CCJ

O projeto recebeu parecer favorável da CEOF, mas também recebeu uma emenda e uma subemenda de Plenário. Portanto, a CEOF deverá emitir parecer à emenda e à subemenda.

Solicito ao Relator, Deputado Berinaldo Pontes, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças à emenda e à subemenda de Plenário.

DEPUTADO BERINALDO PONTES (PP. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças à emenda e à subemenda de Plenário ao Projeto de Lei nº 991, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "fixa os valores para efeito de cobrança da Contribuição de Iluminação Pública - CIP, relativa ao exercício de 2009, na forma do anexo único a esta lei".

O referido projeto esteve em discussão hoje, no âmbito da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. Havia uma perspectiva de aumento de mais de onze por cento.

No âmbito da Comissão, foi apresentada a emenda modificativa de minha autoria, do Deputado Cristiano Araújo, do Deputado Leonardo Prudente e de outros Parlamentares, que foi aprovada e que diz que a correção será pelo INPC, portanto, um aumento de 7,15% e não mais o que estava previsto inicialmente.

Também foi apresentada a Emenda Modificativa nº 1, de autoria do Deputado Wilson Lima, que esta relatoria acata, visto que a mesma traz alguns benefícios para os proprietários de imóveis do Setor de Múltiplas Atividades, da Região Administrativa do Gama, do Pró-DF. O autor foi muito feliz ao apresentar esta emenda, que beneficiará uma população que realmente não deveria ter o ônus desse imposto. Portanto, este Relator acata a emenda de autoria do Deputado Wilson Lima.

Neste momento, apresentamos uma subemenda de Plenário, assinada por mim, pelos Deputados Cristiano Araújo, Leonardo Prudente e outros, que diz que não haverá aumento para os consumidores de baixa renda, os que variam do consumo zero a oitenta quilowatts.

Sr. Presidente, no âmbito da CEOF, somos pela admissibilidade da matéria. É o parecer, Sr. Presidente.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 09 2008	15h25min	82ª Sessão Ordinária	34

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o parecer da CEOF à emenda e à subemenda. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 13 Deputados. Houve 1 voto contrário, da Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, solicito a verificação de *quorum*.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputada Erika Kokay, eu farei isso na apreciação do parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

Solicito à Relatora, Deputada Eurides Brito, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao projeto com as emendas apresentadas.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, parecer ao Projeto de Lei nº 991, de 2008, que “fixa os valores para efeito da contribuição pública CIP, relativa ao exercício de 2009, na forma do anexo único a esta lei”.

Já havia tramitado esse projeto de lei – que veio a Casa acompanhado da mensagem do Poder Executivo como é, evidentemente, de praxe – e ele foi aprovado com uma emenda na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, e recebeu uma emenda e uma subemenda de Plenário, tudo sob a guarida das normas regimentais nesta Casa.

O projeto atende aos requisitos necessários para o seu exame, razão pela qual nós o encaminhamos para aprovação, por considerarmos constitucional.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu não nego que houve avanço no projeto de reajuste da CIP, até porque a previsão inicial era de que o reajuste seria superior a 11% e se limitou no INPC. De zero a 80 kW de consumo assegurou-se um congelamento, teoricamente, para população de baixa renda, digo teoricamente embora não necessariamente. Portanto, o reajuste é zero. São avanços inegáveis. Entretanto, o projeto ainda é um



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 09 2008	15h25min	82ª Sessão Ordinária	35

sintoma muito claro da sanha arrecadatória do Governo do Distrito Federal, sem o devido respaldo do ponto de vista fático.

Eu falo isso porque o reajuste sugerido pela ANEEL é de 2,2% para todo o País. Isso significa que o reajuste é de acordo com o custo que a energia tem. A Agência Nacional de Energia Elétrica faz uma avaliação de quanto está custando a energia e qual seria o percentual para que o custo seja reajustado no seu percentual, no preço da tarifa, no preço da taxa. O reajuste de 2,2 % está muito distante do reajuste proposto de 7,15 %, que é a variação da inflação medida neste ano. A Agência Nacional de Energia Elétrica propõe 2,2% de reajuste de energia elétrica para todo o País, calculado no preço e no custo da própria energia.

Logo, não podemos permitir que o reajuste seja bem acima do que é necessário para suprir a defasagem do custo da energia elétrica neste País. Além disso, todas as pessoas pagam a taxa de iluminação pública, mas nem todas elas têm iluminação pública em suas ruas. Comunidades que não têm energia pública nas suas ruas têm que arcar com um reajuste que é maior, muito maior, três vezes maior do que o reajuste estabelecido pela Agência Nacional de Energia Elétrica, calculado em cima dos estudos da variação do custo da energia neste País.

Portanto, Sr. Presidente, não posso votar favoravelmente ao parecer da Comissão de Constituição e Justiça, como não votei ao parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, muito menos ao projeto em primeiro e segundo turnos.

Façamos então um reajuste justo, e o reajuste justo é a variação do custo da energia e, não, do custo de preços ao consumidor, porque há estudos que indicam que não deveríamos ter reajuste acima de pouco mais de 2%, mas o Governo ousa reajustar em 7,15%. É óbvio que há um congelamento para o baixo consumo. E não necessariamente esse baixo consumo representa a população de baixa renda. Populações ou casas que têm um grande número de pessoas e que são de baixa renda tendem a consumir mais energia. Populações ou famílias que têm uma alta renda, mas que são famílias pouco numerosas, podem consumir menos energia.

Portanto, Sr. Presidente, estou apenas dizendo por que votarei contra o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, como votei também o da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e votarei contra o reajuste proposto pelo Governo do Distrito Federal.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados para verificação de *quorum*.

(Procede-se à verificação de *quorum*)



VERIFICAÇÃO DE QUORUM

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE PRESENÇA DOS DEPUTADOS
5ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 2007/2010

DEPUTADO (A)	PRESENTE	AUSENTE	LICEN.
BATISTA DAS COOPERATIVAS - PRP	-	X	
BENÍCIO TAVARES - PMDB	X		
BERINALDO PONTES - PP	X		
BISPO RENATO - PR	X		
BRUNELLI - DEM	X		
CABO PATRÍCIO - PT	X		
CHICO LEITE - PT	-	X	
CRISTIANO ARAÚJO - PTB	X		
DOUTOR CHARLES - PTB	X		
ÉRIKA KOKAY - PT	X		
EURIDES BRITO - PMDB	X		
GERALDO NAVES - DEM	X		
JAQUELINE RORIZ - PSDB	-	X	
LEONARDO PRUDENTE - DEM	X		
MILTON BARBOSA - PSDB	X		
PAULO TADEU - PT	-	X	
PEDRO DO OVO - PMN	X		
RAAD MASSOUH - DEM	X		
RAIMUNDO RIBEIRO - PSL	X		
REGUFFE - PDT	X		
ROBERTO LUCENA - PMDB	-	X	
ROGÉRIO ULYSSES - PSB	X		
WILSON LIMA - PR	X		
ALÍRIO NETO - PPS	-	X	
TOTAL	18	06	


SECRETÁRIO DEPUTADO (A)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 09 2008	15h25min	82ª Sessão Ordinária	36

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Há *quorum* regimental.

Continua em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 Deputados. Houve 2 votos contrários, do Deputado Cabo Patrício e da Deputada Erika Kokay.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu só queria esclarecer que o Governo do Distrito Federal encaminhou a esta Casa mensagem propondo a correção da CIP.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Gostaria de registrar que o parecer da CCJ concluiu pela aprovação do PL, mais a emenda da CEOF e a emenda e a subemenda de Plenário. Só estou esclarecendo para efeito de registro nas notas taquigráficas.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um esclarecimento: o Governo mandou a proposta reajustando a CIP em aproximadamente 11,5%. Esta Casa, os Deputados, na linha da Lei de Diretrizes Orçamentárias e no entendimento que temos em relação aos impostos, limitou num primeiro momento ao INPC. Avançou-se ainda mais, agora no plenário, com o congelamento da CIP nas categorias de baixa renda, ou seja, de 0 a 80 kW.

Faço um apelo ao PT para que analise a possibilidade de votar favorável ao projeto com declaração de voto. Se não votarmos esse projeto, quem perde é a população, especialmente a de baixa renda. O Governo já tem os instrumentos e não precisa de aprovação da Casa para fazer o reajuste pelo INPC. Se esse reajuste for feito, a Câmara Legislativa do Distrito Federal perderá a grande oportunidade de congelar as tarifas para as categorias de baixa renda.

Faço um apelo para que a bancada do Partido dos Trabalhadores faça, de forma especial, uma reflexão para podermos construir um acordo e votar de forma favorável esse projeto. Sr. Presidente, caso esse acordo não seja possível, que possamos avançar para o próximo item da pauta e depois voltarmos a essa discussão.

Repito: se não votarmos esse projeto hoje, toda a população sairá perdendo. O Governo já tem em mão a prerrogativa de fazer a correção pelo INPC sem



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 09 2008	15h25min	82ª Sessão Ordinária	37

necessidade de aprovação legislativa. Isso já está na lei. Mas se votarmos esse projeto, teremos oportunidade de congelar as tarifas das categorias de baixa renda. Hoje é o prazo que temos para votar a questão da CIP.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço desculpas a V.Exa., pois encontrava-me em meu gabinete e ficamos nessa imensa dificuldade. Sabe bem a Deputada Eurides Brito, o Deputado Milton Barbosa que não é fácil para nós.

Eu queria observar, Sr. Presidente, por dever de lealdade intelectual, que o índice do INPC é um debate que se faz no tangente a IPTU. Bem lembra o Deputado Milton Barbosa um debate que fizemos nos últimos anos e que foi inclusive atendido no final do governo passado. Neste caso, a ANEEL fala em 2,3% para o Brasil todo. Por que chegarmos a 7,15? Nosso entendimento é de que o aumento se restringisse aos 2,3%. Achamos muito, por isso me manifestarei contrariamente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Item nº 16:

Discussão e votação, em 2º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei Complementar nº 98, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “altera o artigo 4º da Lei Complementar nº 4, de 30 de dezembro de 1994, do Código Tributário do Distrito Federal, e dá outras providências”.

Relatores: Deputado Cristiano Araújo - CEOF
Deputada Eurides Brito - CCJ

O projeto recebeu 32 emendas.

Solicito ao Relator, Deputado Cristiano Araújo, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria. (Pausa.)

A Presidência designa o Deputado Geraldo Naves para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Geraldo Naves, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO REGUFFE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu iria discutir o projeto da CIP.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputado Reguffe, acatei a solicitação do Deputado Leonardo Prudente. Deixamos o projeto da CIP e chamamos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 09 2008	15h25min	82ª Sessão Ordinária	38

o projeto das taxas em segundo turno. O projeto que trata da questão da CIP não está em discussão no momento.

DEPUTADO REGUFFE – Eu já tinha começado a discutir.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – V.Exa. não tinha discutido. Estamos, neste momento, apreciando o projeto das taxas. Posteriormente, concederei a V.Exa. tempo para discutir o projeto da CIP. Estamos apreciando agora o projeto das taxas. O Deputado Geraldo Naves vai, em seguida, proferir o parecer. Não está na hora de V.Exa. discutir.

DEPUTADO REGUFFE – Sr. Presidente, só uma coisa, com todo o respeito a V.Exa. Eu só quero saber o seguinte: não haverá mais a votação do projeto da CIP?

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – O Deputado Leonardo Prudente pediu para apreciarmos o projeto referente às taxas.

DEPUTADO REGUFFE – Então, agora, haverá discussão sobre o projeto das taxas?

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Sim.

Solicito ao Relator, Deputado Geraldo Naves, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a Assessoria de Plenário está terminando de numerar as emendas. Gostaria de solicitar apenas um minuto, antes que o Deputado Geraldo Naves possa proferir o seu parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa.

Quero apenas lembrar aos Deputados que estão no plenário que a Assessoria da Mesa, juntamente com o Líder do Governo e o Relator estão numerando as emendas para proferir o parecer.

(Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Solicito ao Relator, Deputado Geraldo Naves, que emita parecer sobre as emendas.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças às emendas de segundo turno ao Projeto de Lei Complementar nº 98, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "altera o artigo 4º



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 09 2008	15h25min	82ª Sessão Ordinária	39

da Lei Complementar nº 4, de 30 de dezembro de 1994, do Código Tributário do Distrito Federal, e dá outras providências”.

Sr. Presidente, foram apresentadas 32 emendas.

O nosso parecer é pela aprovação do projeto, sendo que a Emenda nº 1 foi acatada; as Emendas nºs 2 a 5 foram rejeitadas; e as Emendas nºs 6 a 32 foram acatadas.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças às emendas apresentadas em segundo turno ao PLC nº 98/08.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria que o Relator explicitasse quais emendas não foram acatadas.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – O Deputado Geraldo Naves já explicitou.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Sr. Presidente, solicito destaque das Emendas nºs 2, 3, 4 e 5.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Eu vou repetir o parecer proferido pelo Deputado Geraldo Naves: a Emenda nº 1 foi acatada; as Emendas nºs 2, 3, 4 e 5 foram rejeitadas; e as Emendas nºs 6 a 32 foram acatadas.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Sr. Presidente, solicito, portanto, destaque das Emendas nºs 2, 3, 4 e 5.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Acato a solicitação de V.Exa.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, sem prejuízo do destaque solicitado pelo Deputado Cabo Patrício, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças às emendas permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças às emendas está aprovado com a presença de 14 Deputados.

Convido o Deputado Berinaldo Pontes a secretariar os trabalhos da Mesa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 09 2008	15h25min	82ª Sessão Ordinária	40

Solicito à Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputada Eurides Brito, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Solicito à Relatora, Deputada Eurides Brito, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei Complementar nº 98, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "altera o artigo 4º da Lei Complementar nº 4, de 30 de dezembro de 1994, do Código Tributário do Distrito Federal, e dá outras providências", no que diz respeito às emendas apresentadas neste plenário em segundo turno.

Analisando o conteúdo das emendas, esta Relatora chegou às seguintes conclusões: a Emenda nº 1 deve ser acatada; as Emendas nºs 2 a 5 devem ser rejeitadas; as Emendas nºs 6 a 32 devem ser, na nossa avaliação, acatadas.

Repetindo, para que não haja nenhuma confusão, estou me reportando apenas às emendas de segundo turno, uma vez que o PLC 98/08 em si já foi analisado em primeiro turno.

Houve 32 emendas de segundo turno. O nosso parecer é pela aceitação da Emenda nº 1; pela rejeição das Emendas nºs 2 a 5; e pelo acatamento das Emendas nºs 6 a 32.

Assim sendo, Sr. Presidente, posiciono-me a respeito das emendas apresentadas em segundo turno ao PLC 98/08 e analisadas pela Comissão de Constituição e Justiça, sugerindo o já explicitado, rejeitando apenas as Emendas nºs 2 a 5.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, sem prejuízo dos destaques feito pelo Deputado Cabo Patrício, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Parlamentares.

Em discussão, em segundo turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 09 2008	15h25min	82ª Sessão Ordinária	41

Em votação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o projeto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO

VOTAÇÃO EM 1º TURNO 2º TURNO TURNO ÚNICO

REDAÇÃO FINAL EM 30/09/2008

- PARECER ORAL REJEIÇÃO PROJETO FAVORÁVEL PROJETO/EMENDA(S) (VIDE ANEXO)
- CCJ CEOP CAS CDDHCEDP CAF CDC CES CSEG CDESCMAT M.DIR. COM.ESP.
- PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S) _____
- PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) 981/08
- PROJETO DE LEI Nº(S) _____
- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S) _____
- PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S) _____
- RECURSO Nº (S) _____
- REQUERIMENTO Nº (S) _____
- OUTROS _____
- VOTO EM SEPARADO

Autor: Deputado(a): _____ Executivo
Relator: Deputado(a): _____

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	BATISTA DAS COOPERATIVAS	PRP	X				
	BENÍCIO TAVARES	PMDB	X				
	BERINALDO PONTES	PP	X				
	BISPO RENATO	PR				X	
	BRUNELLI	DEM	X				
	CABO PATRÍCIO	PT	X				
	CHICO LEITE	PT	X				
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X				
	DOUTOR CHARLES	PTB	X				
	ÉRIKA KOKAY	PT				X	
	EURIDES BRITO	PMDB	X				
	GERALDO NAVES	DEM	X				
	JAQUELINE RORIZ	PSDB				X	
	LEONARDO PRUDENTE	DEM	X				
	MILTON BARBOSA	PSDB	X				
	PAULO TADEU	PT				X	
	PEDRO DO OVO	PMN	X				
	RAAD MASSOUH	DEM	X				
	RAIMUNDO RIBEIRO	PSL	X				
	REGUFFE	PDT	X				
	ROBERTO LUCENA	PMDB				X	
	ROGÉRIO ULYSSES	PSB	X				
	WILSON LIMA	PR	X				
	ALÍRIO NETO	PPS				X	
	TOTAL	---	19			06	

*P/S- PRESIDENTE/SECRETÁRIO

SECRETÁRIO DEP. *Berinaldo Pontes*

CONSOLIDADO POR

ASSINATURA

MAT.

ASSP/ Nº _____ / _____

FOLHA Nº _____



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 09 2008	15h25min	82ª Sessão Ordinária	42

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 18 votos favoráveis. Houve 6 ausências.

Está aprovado.

Foram destacadas as emendas da bancada do PT.

Em discussão as emendas da bancada do Partido dos Trabalhadores ao Projeto de Lei Complementar nº 98, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “altera o artigo 4º da Lei Complementar nº 4, de 30 de dezembro de 1994, do Código Tributário do Distrito Federal, e dá outras providências”.

.DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Como Líder. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o nosso encaminhamento é pelo não-acatamento. Quero lembrar que este projeto recebeu grandes contribuições de vários Deputados desta Casa. Acatamos várias emendas, especialmente da bancada do Partido dos Trabalhadores. Essas emendas são aquelas cujo acatamento não foi possível. Portanto, o encaminhamento é pelo voto contrário.

DEPUTADO REGUFFE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito apenas um pequeno tempo para que eu leia as emendas na íntegra, a fim de que eu vote a matéria com total conhecimento.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputado, apenas o autor do destaque é quem discute a matéria.

Continuam em discussão as emendas.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, colegas Parlamentares, o que a bancada do Partido dos Trabalhadores reivindica, na realidade, é que o Governo dê atenção àquele que cumpre com as suas obrigações. Já lutamos outrora, ao tempo em que era governo o Partido dos Trabalhadores, por idêntico desconto de 10%, desde que pago até o vencimento – e fizemos isso para outros tributos, como o IPTU e o IPVA.

Sr. Presidente, as nossas emendas, por coerência, buscam para a população contribuinte do Distrito Federal tão-somente isto: se o pagamento da TFE for feito integralmente até a data de seu encerramento, que se dê ao contribuinte 10% de desconto; e, se for parcelado, que se dê o desconto de 5% em cada parcela paga



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 09 2008	15h25min	82ª Sessão Ordinária	43

até o vencimento. É isto o que se pede: atenção àquele contribuinte que cumpre com sua obrigação. É nesse sentido a emenda da bancada do Partido dos Trabalhadores. O seu fundamento é a atenção para o contribuinte que cumpre as suas obrigações.

Nós não negamos o fundamento social do tributo, mas também entendemos que o Governo deve responder em forma de labor social e deve, certamente, olhar com bastante atenção aquele que cumpre as suas obrigações. É só isso que desejamos, apenas isso. Isso já foi feito em relação a outros tributos. Por que não se faz em relação às taxas em debate? É isso que desejamos.

A nossa bancada pede ao Deputado Cristiano Araújo, ao Deputado Reguffe, ao Deputado Rogério Ulysses, ao Deputado Bispo Renato, ao Deputado Milton Barbosa, que tanto tem lutado nesta Casa pela atenção ao contribuinte, ao Deputado Leonardo Prudente, ao Deputado Berinaldo Pontes, à Deputada Eurides Brito, ao Deputado Wilson Lima, que tem tido atenção para com o contribuinte, que digam “sim” às emendas do PT, que votem a favor do contribuinte.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continuam em discussão.
(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando as emendas destacadas; os que votarem “não” estarão rejeitando-as.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE DESTAQUE EM PLENÁRIO

Conforme art. 172, 173, 174, 197- I, IV, XII, XV do REGIMENTO INTERNO solicito DESTAQUE da(o):

EMENDA(S) 2, 3, 4, 5

PARTE (S) DA PROPOSIÇÃO. ART.(S)

AUTOR DO DESTAQUE DEP. CABO PATRÍCIO

PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S)

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) 98/04

PROJETO DE LEI Nº(S)

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S)

NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
BATISTA DAS COOPERATIVAS	PRP		X			
BENÍCIO TAVARES	PMDB		X			
BERINALDO PONTES	PP		X			
BISPO RENATO	PR		X			
BRUNELLI	DEM		X			
CABO PATRÍCIO	PT	X	-			
CHICO LEITE	PT	X	-			
CRISTIANO ARAÚJO	PTB		X			
DOUTOR CHARLES	PTB		X			
ÉRIKA KOKAY	PT	X	-			
EURIDES BRITO	PMDB		X			
GERALDO NAVES	DEM		X			
JAQUELINE RORIZ	PSDB		-		X	
LEONARDO PRUDENTE	DEM		X			
MILTON BARBOSA	PSDB		X			
PAULO TADEU	PT		-		X	
PEDRO DO OVO	PMN		X			
RAAD MASSOUH	DEM		X			
RAIMUNDO RIBEIRO	PSL		X			
REGUFFE	PDT	X	-			
ROBERTO LUCENA	PMDB		-		X	
ROGÉRIO ULYSSES	PSB		X			
WILSON LIMA	PR		X			
ALÍRIO NETO	PPS		X			
TOTAL			04	17	03	

*P/S- PRESIDENTE/SECRETÁRIO

SECRETÁRIO DEP. BERINALDO PONTES

CONCLUSÃO

- APROVADA(S) A(S) EMENDA(S)/PARTE DA PROPOSIÇÃO
 REJEITADA(S) A(S) EMENDA(S)/PARTE DA PROPOSIÇÃO
 RETIRADO DESTAQUE DA(S) EMENDA(S)/PARTE DA PROPOSIÇÃO
 PREJUDICADO DESTAQUE OU A(S) EMENDA(S)/PARTE DA PROPOSIÇÃO

CONSOLIDADO POR		ASSP/ _____ Nº _____ / _____
ASSINATURA _____	MAT. _____	FOLHA Nº _____



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 09 2008	15h25min	82ª Sessão Ordinária	44

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 4 votos favoráveis, 17 votos contrários. Houve 3 ausências.

As emendas destacadas foram rejeitadas.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do Interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V. Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei Complementar nº 98, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “altera o artigo 4º da Lei Complementar nº 4, de 30 de dezembro de 1994, do Código Tributário do Distrito Federal, e dá outras providências”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Deputado Leonardo Prudente, consulto V.Exa. se podemos apreciar o item anterior.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Perfeitamente, Sr. Presidente.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero propor ao Sr. Líder do Governo, para que a bancada do PT também vote favoravelmente ao aumento da contribuição de iluminação pública, CIP, que conceda 0% de reajuste para quem consome até 180 kW/hora, o que vai atingir quase duzentas e uma mil residências no Distrito Federal, somente nas áreas residenciais. Garantido esse congelamento à população de baixa renda, ou seja, a quem consome até 180 kW/hora, a bancada do PT garante o acordo e vota favoravelmente ao projeto.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 09 2008	15h25min	82ª Sessão Ordinária	45

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em que pese a boa e louvável intenção do Deputado Cabo Patrício, nós fomos ao limite, ou seja, o programa do Governo, para fazer as ampliações da iluminação pública que estão sendo feitas, exigia receita de R\$ 102.000.000,00 (cento e dois milhões de reais). Com a redução do aumento ao INPC, esses valores serão reduzidos: mais de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) deixarão de ser arrecadados.

Já fizemos um apelo ao Governo para isentar a população de baixa renda – até 80 kW/hora. Portanto, tecnicamente, não temos como atender ao pleito do avanço substancial de faixa, que é legítimo e importante, da bancada do PT. Espero poder atender a bancada numa outra oportunidade, mas, nesta, o que está valendo é a isenção à faixa de 0 a 80 kW/hora

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Mais uma vez, faço um apelo, porque a lógica da justificativa do Deputado Leonardo Prudente é equivocada. Não posso simplesmente dizer que é preciso arrecadar “X” milhões com o reajuste de uma taxa. Há que se cobrar por uma taxa ou por qualquer tipo de imposto o que é justo, com a variação do custo do produto pelo qual se está cobrando. A variação do custo, segundo a ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, é 2,2%. Se fosse tarifa de energia elétrica, o Governo teria de reajustá-la em 2,2%. Como é a CIP, o Governo se sente liberado.

Agora o Sr. Líder do Governo veio aqui e disse que o Governo precisava arrecadar cento e tantos milhões, e que precisamos reajustar a contribuição com base nesse valor. Pelo contrário, é preciso reajustá-la pelo custo, que é de 2,2%. O custo não é o INPC, a variação de preços ao consumidor. Estou falando de um produto específico, a energia elétrica, cujo custo aumentou em 2,2%. Então não se pode reajustar além desse índice.

Estamos propondo que ampliemos a faixa de reajustamento zero para compensar o reajuste de 7,15%, que é o INPC, e o Governo não aceita isso porque precisa arrecadar. Não lhe interessa o que cobra, mas o que precisa arrecadar. A lógica é cruel, antipopular, da mesma forma que é antipopular retirar quiosqueiros da Rodovlária, como se fez. Essa é a lógica que tem permeado as posturas do Governo Arruda e tem sido seu fio condutor.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Item extrapauta.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 09 2008	15h25min	82ª Sessão Ordinária	46

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 991, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “fixa os valores para efeito de cobrança da Contribuição Pública – CIP, relativa ao exercício de 2009, na forma do anexo único a esta lei”.

Em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, votarei contrariamente a esse projeto que aumenta a CIP – Contribuição de Iluminação Pública. Tenho como posição que o que precisa ser feito, não somente nesta cidade, mas neste País, é primeiramente reduzir as despesas públicas, o pesado custo do Estado para o contribuinte, e conseqüentemente reduzir a carga tributária.

No ano passado, o Governo do Distrito Federal aumentou o IPTU em 16,58%: três vezes mais que o INPC, a inflação do período, de 5,15%. Se tivesse sido adotado como limitador o INPC, eu votaria favoravelmente ao aumento. Portanto, votarei contrariamente ao aumento do IPTU e do IPVA.

A CIP é diferente. Ela serve para custear o serviço. A ANEEL sugere e autoriza o aumento de 2,2%, muito aquém do INPC, para poupar o contribuinte. Sou favorável a tudo o que serve para aliviar o contribuinte. O Governo resolveu adotar o índice de 7%, o que é melhor que os 11% que estavam no projeto. Reconheço esse avanço do Governo; ainda assim, é um aumento elevado. Temos de fazer um esforço para reduzir a carga tributária para o contribuinte. O Governo também deve fazer um esforço para diminuir suas despesas públicas. Há muito desperdício do dinheiro público e muitos investimentos equivocados.

Eu votarei contrariamente a isso. Sou favorável a tudo o que puder ser feito para poupar o contribuinte dos impostos, para reduzir a carga tributária da pessoa que paga seus impostos com esforço.

Neste momento, sou contrário a esse projeto que aumenta a CIP. O contribuinte deve pagar menos. Não posso concordar com aumento de imposto. Sou favorável à redução, não ao aumento de impostos, como o que está sendo feito neste projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Berinaldo Pontes.

DEPUTADO BERINALDO PONTES (PP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, amigos Deputados, há momentos em que ficamos pensativos, reflexivos. Foi o Relator desta matéria nesta Casa e, a partir da proposta inicial enviada pelo Poder Executivo que previa um aumento de 11%, houve uma luta e



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 09 2008	15h25min	82ª Sessão Ordinária	47

uma conquista dos Parlamentares – alguns até da Oposição, como o Deputado Paulo Tadeu – para equipararmos o aumento ao INPC.

Fico pensativo porque, no momento em que estamos relatando um projeto polêmico, alguns Parlamentares não nos procuram para dizer que estão à disposição para lutar pelo povo para diminuir esse aumento. Devemos ter responsabilidade.

Também fico triste quando apresentamos emenda parlamentar que não determina aumento a camadas teoricamente mais baixas, e alguns Parlamentares são contra o favorecimento da população que consome menos.

Sejamos coerentes em cem por cento, e não em meio por cento.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – *Continua em discussão. (Pausa.)*

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO

VOTAÇÃO EM 1º TURNO 2º TURNO TURNO ÚNICO

REDAÇÃO FINAL EM / / 2008

- PARECER ORAL REJEIÇÃO PROJETO FAVORÁVEL PROJETO/EMENDA(S) (VIDE ANEXO)
 CCJ CEOF CAS CDDH CEDP CAF CDC CES CSEG CDESCMAT M.DIR. COM.ESP.
 PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S) _____
 PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) _____
 PROJETO DE LEI Nº(S) 99110f.
 PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S) _____
 PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S) _____
 RECURSO Nº (S) _____
 REQUERIMENTO Nº (S) _____
 OUTROS _____
 VOTO EM SEPARADO

Autor: Deputado(a): _____

Executivo

Relator: Deputado(a): _____

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	BATISTA DAS COOPERATIVAS	PRP	X				
	BENÍCIO TAVARES	PMDB	X				
	BERINALDO PONTES	PP	X				
	BISPO RENATO	PR	X				
	BRUNELLI	DEM	X				
	CABO PATRÍCIO	PT	-	X			
	CHICO LEITE	PT	-	X			
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X				
	DOUTOR CHARLES	PTB	-			X	
	ÉRIKA KOKAY	PT	-	X			
	EURIDES BRITO	PMDB	X				
	GERALDO NAVES	DEM	X				
	JAQUELINE RORIZ	PSDB	-			X	
	LEONARDO PRUDENTE	DEM	X				
	MILTON BARBOSA	PSDB	X				
	PAULO TADEU	PT	-			X	
	PEDRO DO OVO	PMN	X				
	RAAD MASSOUH	DEM	X				
	RAIMUNDO RIBEIRO	PSL	X				
	REGUFFE	PDT	-	X			
	ROBERTO LUCENA	PMDB	-			X	
	ROGÉRIO ULYSSES	PSB	X				
	WILSON LIMA	PR	X				
	ALÍRIO NETO	PPS	X				
	TOTAL	---	16	04		04	

*P/S- PRESIDENTE/SECRETÁRIO

SECRETÁRIO DEP. Berinaldo Pontes

CONSOLIDADO POR

ASSINATURA

MAT.

ASSP/ Nº /

FOLHA Nº



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 09 2008	15h25min	82ª Sessão Ordinária	48

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 16 votos favoráveis e 4 votos contrários. Houve 4 ausências.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, conforme o acordo, votaremos os dois turnos da CIP. Então, solicito a V.Exa. o encerramento da presente sessão e a convocação de sessão extraordinária para votarmos o Projeto de Lei nº 991, da CIP, e se os Deputados estiverem de acordo, votarmos também o crédito dos professores. Apenas esses dois itens.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, convocando sessão extraordinária a realizar-se imediatamente após esta, para apreciação do Projeto de Lei nº 991, de 2008, bem como do Projeto de Lei nº 1.010, de 2008.

Está encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 18h24min.)